



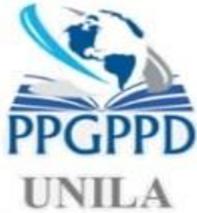
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)

**MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E ASSOCIATIVISMO COMO FATORES DE
DESENVOLVIMENTO NAS COMUNIDADES DE FOZ DO IGUAÇU – PR: ESTUDO
DE CASO NAS OCUPAÇÕES IRREGULARES AO LONGO DO RIO MIMBI**

JOCEMIR FALCÃO DE MELLO

Dissertação

Foz do Iguaçu – PR
2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO
(PPGPPD)**

**MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E ASSOCIATIVISMO COMO FATORES DE
DESENVOLVIMENTO NAS COMUNIDADES DE FOZ DO IGUAÇU – PR: ESTUDO
DE CASO NAS OCUPAÇÕES IRREGULARES AO LONGO DO RIO MIMBI**

JOCEMIR FALCÃO DE MELLO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

**Foz do Iguaçu – PR
2022**

JOCEMIR FALCÃO DE MELLO

**MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E ASSOCIATIVISMO COMO FATORES DE
DESENVOLVIMENTO NAS COMUNIDADES DE FOZ DO IGUAÇU – PR: ESTUDO
DE CASO NAS OCUPAÇÕES IRREGULARES AO LONGO DO RIO MIMBI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
(PPGPPD/UNILA)

Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto
(PPGPPD/UNILA)

Prof. Dr. Flavio de Matos Rocha
(FAPED/MG)

Foz do Iguaçu, 14 de abril de 2022.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

M527m

Mello, Jocemir Falcão de.

Mobilizações sociais e associativismo como fatores de desenvolvimento nas comunidades de Foz do Iguaçu, PR: estudo de caso nas ocupações irregulares ao longo do Rio Mimbi / Jocemir Falcao de Mello. - Foz do Iguaçu, 2022.

88 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Centro Interdisciplinar de Economia e Sociedade, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Gilson Batista de Oliveira.

1. Invasões de terra - Foz do Iguaçu (PR). 2. Movimentos sociais. 3. Política pública. I. Oliveira, Gilson Batista de. II. Título.

CDU 321(816.2)

RESUMO

O presente trabalho tem por escopo investigar os motivos sociais e econômicos que culminaram no desenvolvimento das ocupações irregulares Jardim São Paulo, Jardim São Luiz e Jardim Guarapuava, localizadas ao longo do rio Mimbi no município de Foz do Iguaçu, Paraná, e analisar como a população local se mobiliza em prol de seus direitos, para, então, sugerir a implementação de políticas públicas e ações destinadas a solução dos problemas existentes. Para tanto, essa dissertação busca responder a seguinte pergunta: como a comunidade das ocupações irregulares vem se mobilizando e se organizando para tentar melhorar a qualidade de vida das pessoas que lá residem? Como pressuposto tem-se que a população vem buscando alternativas para cobrir a ausência do poder público, se organizando ou se associando em pequenos grupos de moradores para resolver os problemas econômicos e sociais da comunidade. Não obstante, pressupõe-se, também, que diante dos problemas identificados nas comunidades, a Prefeitura Municipal foi ineficiente, ao longo do tempo, em planejar, organizar, idealizar políticas e promover ações para melhorar qualidade de vida da população de baixa renda. Assim, para verificar os pressupostos, tem-se como objetivo geral estudar de que maneira a comunidade se mobiliza e se organiza em prol dos seus direitos, haja vista que isso pode influenciar na criação de políticas públicas destinadas a atender e a melhorar a qualidade de vida dos residentes. Para cumprir esse objetivo são realizadas entrevistas com as lideranças e com pessoas com residência há mais tempo nas comunidades (moradores mais antigos) e, depois, utiliza-se a metodologia de análise do discurso para criar categorias sintetizadoras e transformar as percepções em gráficos. Como resultados principais apurou-se que as mobilizações e associativismos praticados na comunidade possuem caráter de assistencialismo baseados em ajudar o próximo nos momentos em que a comunidade se vê sem alternativa. Aqui, cabe destacar que as iniciativas que partem dos moradores servem de motivação para que assumam seus papéis e interfiram nas decisões que afetam a vida do coletivo. No que tange à comunidade, comprovou-se a ineficiência da prefeitura em atender as demandas da população que ocupou irregularmente as margens do Rio Mimbi.

Palavras-chave: Ocupações Irregulares. Mobilização social. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present work aims to investigate the social and economic reasons that culminated in the development of irregular occupations Jardim São Paulo, Jardim São Luiz and Jardim Guarapuava, located along the Mimbi River in Foz do Iguaçu, Paraná, and to analyze how the population local government mobilizes in favor of its rights, so that it can then suggest the implementation of public policies aimed at solving existing problems. Therefore, this dissertation seeks to answer the following question: how the community of irregular occupations has been mobilizing and organizing itself to try to improve the quality of life of the people who live there? As a presupposition, it is assumed that the population has been looking for alternatives to cover the absence of public power, organizing or associating in small groups of residents to solve the economic and social problems of the community. Nevertheless, it is also assumed that, faced with the problems identified in the communities, the City Hall was inefficient, over time, in planning, organizing, devising policies and promoting actions to improve the quality of life of the low-income population. Thus, to verify the assumptions, the general objective is to study how the community mobilizes and organizes itself in favor of their rights, given that this can influence the creation of public policies aimed at meeting and improving the quality of life. residents' lives. To fulfill this objective, an interview is carried out with the leaders and with people who have lived in the communities for a longer time (older residents) and then the discourse analysis methodology is used to create synthesizing categories and transform perceptions into graphs. As main results, it was found that the mobilizations and associations practiced in the community have a welfarism character based on helping others at times when the community sees itself without alternative. Here, it is worth noting that the initiatives that come from the residents serve as a motivation for them to assume their roles and interfere in decisions that affect the life of the collective. With regard to the community, the inefficiency of the city hall in meeting the demands of the population that irregularly occupied the banks of the Mimbi River was proved.

Keywords: Irregular Occupations. Social mobilization. Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tubulação inadequada	42
Figura 2 – Descarte inadequado de lixo	43
Figura 3 – Esgoto a céu aberto	44
Figura 4 – Rio Mimbi	48
Figura 5 – Faixa exposta na Avenida Felipe Wandscheer	54

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Respostas da pergunta 1 - percentual	57
Gráfico 2 – Respostas da pergunta 2 - percentual	59
Gráfico 3 – Respostas da pergunta 3 - percentual	62
Gráfico 4 – Respostas da pergunta 4 - percentual	64
Gráfico 5 – Respostas da pergunta 5 - percentual	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 REVISÃO DE LITERATURA	12
1.1 <i>MOBILIZAÇÃO SOCIAL</i>	12
1.2 <i>ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO</i>	19
1.2.1 <i>Movimentos Sociais e Habitação</i>	23
1.3 <i>PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO</i>	24
1.3.1 <i>Participação da Sociedade e o Desenvolvimento</i>	25
1.3.2 <i>Políticas Públicas e a Participação da Sociedade</i>	27
2 CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU	32
2.1 O PLANO DIRETOR DE FOZ DO IGUAÇU.....	37
2.2 AS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM FOZ DO IGUAÇU	39
2.2.1 <i>Consequências das Ocupações Irregulares para o Município</i>	40
2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROBLEMAS DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES DO RIO MIMBI.....	42
3 METODOLOGIA	46
3.1 <i>ÁREA DA PESQUISA</i>	47
3.2 <i>PESQUISA DE CAMPO</i>	49
3.3 <i>QUESTÕES NORTEADORAS DA PESQUISA</i>	50
3.4 <i>A ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS</i>	51
3.5 <i>O MÉTODO DE ANÁLISE DO DISCURSO</i>	51
3.5.1 <i>Categorização a partir da Análise do Discurso e a Construção de Gráficos</i>	40
4 RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO	54
4.1 <i>A PERCEPÇÃO DAS LIDERANÇAS E DE PESSOAS DA COMUNIDADE</i>	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICES	81

INTRODUÇÃO

No Brasil, o processo de expansão demográfica e a urbanização do território nacional têm ocorrido de maneira acelerada. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), de 1950 até os dias atuais, a população urbana brasileira cresceu de 11 milhões para 140 milhões. Esse crescimento tem suas causas advindas do processo de industrialização no país em conjunto com o desenvolvimento econômico, o que ocasionou um aumento expressivo da população em centros urbanos, em busca de trabalho e melhoria da qualidade de vida. (IBGE, 2010)

Entretanto, esse processo dá origem ao problema das ocupações irregulares, observadas em praticamente todas as cidades do país, visto que a ausência de um planejamento urbano e de políticas públicas com vistas ao ordenamento das cidades reflete em ocupações desordenadas e predatórias do território que comumente não recebem a atenção necessária dos setores governamentais – a exemplo de favelas, cortiços e loteamentos clandestinos e irregulares (MASSONETTO *et al.*, 2011).

Em 2010, o IBGE registrou a existência de 6.329 residências irregulares no Brasil¹, com cerca de três milhões de domicílios, os quais habitavam aproximadamente 11.4 milhões de pessoas, em torno de 6% da população. Atualmente esses números estão bem mais alarmantes, pois “dos mais de 65,5 milhões de domicílios ocupados pelos mais de 210 milhões de brasileiros, 5,127 milhões (7,8%) correspondem a moradias irregulares”.

Por outro lado, as políticas públicas que tratam do tema acerca de favelas revelam diversos tipos de conflitos, pois existem inúmeros interesses por essas áreas, seja por parte dos moradores que exigem seu espaço na cidade, seja por interesse do Estado em reduzir a ampliação das favelas, ou ainda, por interesse do capital imobiliário em utilizar o espaço para assunção financeira (MASSONETTO *et al.*, 2011).

A existência de moradias irregulares² tem relação direta com questões sociais

¹ O IBGE classifica como domicílio os locais estruturados e independentes, destinados à habitação de uma ou mais pessoas, enquanto residências ou moradias irregulares são aquelas fixadas em locais com restrição à ocupação e por esse motivo não dispõem de serviços públicos essenciais. Conhecidas como favelas, invasões, comunidades, vilas, baixadas ou loteamentos irregulares, os indivíduos que ali estabelecem moradias ficam expostos a vários riscos, com péssima qualidade de vida, além de contribuírem para a total degradação do ambiente local (IBGE, 2020).

² Moradias irregulares são àquelas construídas de forma precária, geralmente, em áreas públicas, sem que os moradores tenham direito à propriedade ou registro formal.

e econômicas. Tais moradias são caracterizadas por ser constituída de população com baixa renda, baixa escolaridade e estabelecem-se geralmente em áreas carentes de serviços públicos, como postos de saúde, escolas, saneamento e energia elétrica (TRATA BRASIL, 2016).

No município de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, o cenário em meio a essas ocupações irregulares não é diferente. A cidade enfrenta problemas da mesma ordem no que concerne à temática das moradias irregulares.

Neste contexto, a mobilização dos indivíduos, que vivem nestas comunidades, é de suma importância para buscar melhorias em prol da coletividade, como forma de ampliar a qualidade de vida das pessoas da comunidade.

Assim, a presente pesquisa, tem por escopo o estudo das comunidades em torno do rio Mimbi, que é um importante afluente do Rio M'Boicy, localizado na região central do município de Foz do Iguaçu, que abriga um complexo de bairros (Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava), onde a população local enfrenta recorrentes problemas, dentre os quais os alagamentos se destacam devido ser esta a causa de outros tantos problemas relacionados a saúde desses indivíduos.

A pesquisa justifica-se uma vez que o tema possui alta relevância, sendo amplamente discutido nos âmbitos de esfera política, jurídica e social. Além disso, considera-se primordial entender de que maneira a população que vive às margens do Rio Mimbi se mobiliza e se organiza em prol dos seus direitos, haja vista que isso pode influenciar na criação de políticas públicas destinadas a atender e a melhorar a qualidade de vida dos residentes.

O trabalho é pertinente, também, no que se refere à dimensão social, pois estudos que envolvem a temática proporcionam conhecimento à sociedade e fomentam outras pesquisas, que vão contribuir para novas ideias em favor do tema.

De outra forma, circunvizinhado por inúmeras moradias precárias, as ocupações irregulares ao longo do rio Mimbi são compostas por famílias carentes em condições inadequadas de habitação, higiene e salubridade. Compreende-se que o crescimento populacional vem acelerando os processos de urbanização, afetando diretamente o meio ambiente e a qualidade de vida da população de baixa renda, que passou a se instalar na área inadequada, onde estão vulneráveis às situações de alagamentos, insalubridade e completa ausência de direitos sociais.

A falta de gerenciamento dos resíduos sólidos, saneamento básico,

observados na região denota a ausência de políticas públicas e de um planejamento urbano, que vise à resolução dessas questões tão urgentes para essa população que se mantém na busca por recursos e soluções junto às autoridades municipais sem obter êxito. Dentre as demandas dos moradores, verifica-se, por exemplo, a canalização da bacia do Rio Mimbi que é uma reivindicação antiga da população residente.

Neste contexto, reflete-se quanto ao papel dos governantes no desenvolvimento de políticas públicas em prol da comunidade, e quanto ao papel da comunidade e sua influência na tomada de decisão, o que levanta os seguintes questionamentos:

- Como a comunidade das ocupações irregulares vem se mobilizando e se organizando para tentar melhorar a qualidade de vida das pessoas que lá residem?

Para nortear a pesquisa, primeiramente, tem-se como pressuposto que a população vem buscando alternativas para cobrir a ausência do poder público, se organizando ou se associando em pequenos grupos de moradores para resolver os problemas econômicos, sociais e ambientais da comunidade. Não obstante, pressupõe-se, também, que diante dos problemas identificados nas comunidades, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu foi ineficiente, ao longo do tempo, em planejar, organizar, idealizar políticas e promover ações para melhorar qualidade de vida da população de baixa renda que ocupou irregularmente as margens do Rio Mimbi.

Para abordar a problemática levantada, tem-se como objetivo geral:

- Estudar de que maneira a comunidade das ocupações irregulares, ao longo do Rio Mimbi, se mobiliza e se organiza em prol dos seus direitos, haja vista que isso pode influenciar na criação de políticas públicas destinadas a atender e a melhorar a qualidade de vida dos residentes.

E, com os objetivos específicos pretende-se:

1) Identificar os motivos que resultaram na origem e crescimento das ocupações irregulares ao longo do Rio Mimbi;

2) Compreender as formas de mobilização e participação social da comunidade para mitigação dos problemas locais que afetam a qualidade de vida das pessoas nas comunidades das ocupações irregulares do Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava.

Diante do exposto anteriormente, adotou-se como título da dissertação “Mobilizações Sociais e Associativismo como fatores de Desenvolvimento nas

Comunidades de Foz do Iguaçu – PR: estudo de caso nas ocupações irregulares ao longo do Rio Mimbi” para melhor refletir os objetivos da pesquisa, pois as mobilizações, associativismos e outras formas de participação da sociedade nas reivindicações, segundo a teoria do desenvolvimento regional endógeno, são elementos fundamentais para se conseguir melhorias na qualidade de vida da população.

Por fim, essa dissertação está organizada, além dessa introdução, em quatro capítulos ou seções. Após a introdução, no primeiro capítulo expõe-se sobre o contexto histórico das mobilizações sociais no país e discorre-se sobre a importância da participação da comunidade e do associativismo como indutores do desenvolvimento local.

No segundo capítulo aborda-se o contexto histórico do município de Foz do Iguaçu e como se deu o processo de crescimento populacional da cidade. No final do capítulo expõem-se os principais problemas das ocupações Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava, localizadas ao longo do rio Mimbi.

No terceiro capítulo apresenta-se a metodologia da pesquisa, o tipo de abordagem, e os passos realizados para a estruturação do presente trabalho.

Por fim, apresentam-se os resultados e análises da pesquisa de campo realizada.

1 REVISÃO DE LITERATURA

As mobilizações sociais marcaram a trajetória política e social do país. A busca pelos direitos constitucionais, e por respostas aos interesses da sociedade civil, fez com que o povo percebesse que: “juntos são mais fortes”.

Quando se estuda a luta pelas demandas sociais, e a necessidade de união em prol de direitos em uma sociedade democrática, emerge o associativismo, como forma de fazer com que um grupo ou uma população se fortaleça e consiga, por meio da cooperação mútua, que os objetivos em comum sejam alcançados de maneira que a coletividade se beneficie. Tanto as mobilizações sociais, quanto o associativismo e outras formas de participação da sociedade, são de fundamental importância para se conseguir melhorias na qualidade de vida de uma população.

Deste modo expõe-se neste capítulo como a mobilização Social, o associativismo e participação social contribuem para melhoria da qualidade de vida das comunidades, sendo elementos determinantes do desenvolvimento regional endógeno.

1.1 MOBILIZAÇÃO SOCIAL

No Brasil diversos movimentos marcaram o contexto das mobilizações sociais. Por meio da mobilização, objetiva-se dar visibilidade às reivindicações de grupos sociais que lutam por uma causa, ideologia, direitos, democracia e a todo tipo de exclusão social.

Conforme Gohn (1997), as mobilizações sociais ou os movimentos sociais são definidos como ações coletivas de caráter sociopolíticas e culturais, construídas por atores de diferentes classes e camadas sociais. As ações se organizam a partir de repertórios e demandas que produzem identidades aos seus participantes. Os participantes operam via passeatas, protestos, marchas, jornadas, manifestações, concentrações, caminhadas etc... Os mesmos se relacionam por meio das redes sociais, redes temáticas, redes institucionais. Acontecem para reivindicar várias demandas sociais, principalmente das classes minoritárias (mulheres, índios, negros, gays, lésbicas, entre outros) lutam para que seus direitos sejam concedidos por meio de políticas públicas, que reconheçam a diversidade e a necessidade de uma sociedade mais justa, que favoreçam de forma equitativa os indivíduos que a

compõe. A autora diz ainda que vários temas são catalizadores dos movimentos sociais: a fome, os direitos humanos, a questão urbana, rural, ambiental, trabalhista e sindical, movimentos identitários e culturais, movimentos religiosos, movimentos no setor de comunicações devido à importância que a mesma representa para as relações, movimentos globais e também movimentos relacionados à política.

Para Toro e Werneck (2018) as mobilizações são caracterizadas por grupos sociais que defendem um objetivo comum. Os autores advertem que não se deve confundir mobilização social com manifestações que envolvem a busca de um rápido resultado. A mobilização social em prol de um tema, ou demanda social requer dedicação, ação contínua e prática por parte de todos do grupo. Na opinião deles, os direitos conferidos na Constituição Federal de 1988, como a dignidade da pessoa humana, soberania e cidadania, na prática são construídas por meio das mobilizações sociais, ou seja, são as mobilizações sociais que fazem valer esses direitos por meio da democracia, do reconhecimento da diversidade e das demandas de uma sociedade ou de um grupo específico.

A partir da década de 70 os movimentos sociais no país foram intensificados devido à resistência à ditadura, e conforme afirma Scherer-Warren (2008, p. 09) “o movimento social mais significativo pós-golpe militar de 1964 foi o de resistência à ditadura e ao autoritarismo estatal”. O movimento reuniu várias classes da sociedade.

A trajetória das mobilizações sociais no Brasil foi marcada por alguns movimentos como a “manifestação dos 100 mil” onde os grupos, constituídos em sua maioria por estudantes foram às ruas para evidenciar seu repúdio à ditadura militar. Além disso, greves por partes dos operários em busca de direitos trabalhistas também começam a ganhar visibilidade, o que fez com que o governo proibisse as manifestações públicas por meio do Ato Institucional nº 5, entre 1968 a 1979. Mesmo assim, neste período têm-se novas mobilizações sociais pelo fim da Anistia, o que possibilitou por meio da Lei nº 6.683 o retorno de presos políticos ao país. A lei foi aprovada em 28 de agosto de 1979 e com o retorno de exilados foi fortalecido os movimentos que lutavam por direitos à cidadania (TORO; WERNECK, 2018).

Toro e Werneck (2018), contam que ainda na década de 70 foram surgindo mobilizações representadas por diversas classes, como por exemplo, o grupo Sem-terra e trabalhadores rurais que reivindicavam direitos por terem suas terras atingidas por enchentes na construção de barragens hidroelétricas.

A partir desse período houve o aumento no surgimento de Organizações não Governamentais (ONGs), assim como maior organização da população em prol de seus direitos, originando as associações de bairros, centros comunitários onde a participação coletiva, por meio do associativismo, fortalecia a população na cobrança por ações que trouxesse benefícios às classes menos favorecidas, inclusive a formação de novas leis, deixando claro que os movimentos sociais demonstram a relação entre sociedade e política e a necessidade da articulação das mesmas, pois tais movimentos, em geral, mostram que a participação social deve ser utilizada como diretriz no desenvolvimento das leis e políticas públicas (TORO; WERNECK, 2018).

As mobilizações sociais de maior notoriedade da época foram os movimentos pelas Diretas Já (1983- 1984) que reuniu milhões de pessoas de várias classes (políticos, intelectuais, artistas, trabalhadores) que reivindicavam a retomada das eleições diretas para o cargo de presidente do Brasil, até então, realizada por junta militar sem a participação da população, e a ONGs, Associações e movimentos (1987-1988) que defendia diversos direitos às classes por elas representadas. De forma a mediar às demandas entre população e governo. Conhecidas como “terceiro setor” tais entidades tinham caráter assistencialista sem finalidade lucrativa. Cabe frisar que todas estas lutas resultaram num processo de conscientização para a população ter acesso ao conhecimento dos direitos civis de cada cidadão (TORO; WERNECK, 2018).

Após 29 anos de ditadura militar, em 1989 ocorre a primeira eleição democrática que elegeu Fernando Collor de Mello. Diante de denúncias de esquema de corrupção e da insustentabilidade do Governo Collor, em 1992 destaca-se a mobilização dos “Caras Pintadas” reivindicando o *impeachment*³ do presidente Collor. Liderada por diversos partidos políticos e pelo movimento estudantil, é possível observar a união da sociedade civil e política na defesa dos direitos dos cidadãos e na proteção da nação. Assim os movimentos foram ganhando força e novas temáticas, onde entram em cena os “novos movimentos sociais” que trazem lutas identitárias feministas, étnicas, ecologistas. Como exemplo menciona-se o movimento negro, e o movimento contra a violação dos direitos humanos. Conforme

³ O *impeachment* conforme Fernandes (2021) é previsto na constituição brasileira desde 1988 e assegura a possibilidade de impedimento/afastamento do chefe de Estado, em casos de crimes ou irregularidades por meio de processo.

foi avançando a legislação, novas demandas vão surgindo e outras classes vão se organizando para pressionar o Estado e também a sociedade a assumir papéis esperados que venham possibilitar igualdade para todos (TORO; WERNECK 2018).

Na década de 90, os movimentos tinham identidade própria em células separadas que reivindicavam seus direitos por meio de movimentos como o Movimento dos pequenos agricultores, movimento das mulheres agricultoras, movimento étnico onde questões de igualdade racial começam a ser discutidas na esfera pública, objetivando a inclusão social das comunidades negras, quilombolas e indígenas, como por exemplo, a Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo e pela cidadania. Por meio dessas mobilizações foram sendo concebidas as negociações entre sociedade civil organizada e governo. Como resultado dessas reivindicações, pode-se mencionar a origem das Secretarias Especiais da Igualdade Racial, da Mulher, da Economia Solidária, da Juventude, as quais por meio de seus representantes passaram a atuar na promoção da cidadania (TORO; WERNECK 2018).

Em 2013, tem-se o movimento jornadas de junho, onde a partir de uma passeata na cidade de São Paulo em prol da redução da tarifa do transporte público, bem como melhorias no serviço, originou-se uma onda de indignação em todo o país ocasionando uma ampliação para diferentes reivindicações. Neste período entre 06 a 12 de junho, 22 capitais e a participação de cerca de 6% da população brasileira manifestaram sua insatisfação quanto à falta de emprego e má distribuição de renda, alta dos impostos, valor do salário mínimo, entre outros, o que demonstra claramente que esses movimentos vão se transformando e adquirindo característica multiforme, diferente dos movimentos anteriores mencionados. O perfil dos manifestantes também foi se transformando quando se observa que no início deste movimento tem-se os estudantes e trabalhadores, usuários do serviço de transporte coletivo, ampliando-se para militantes de partidos políticos na luta anticorrupção, e uma massa jovem descontente quanto ao modelo de desenvolvimento do país. Essa onda de manifestações impactou nas pautas governamentais e o governo vigente aumentou os gastos sociais ampliando benefícios para a população (BRAGA, 2013).

Para Calil (2013) o movimento apresenta caráter pluriclassista e expõe a diversidade de reivindicações vindas de cada canto do país, relacionadas ao acesso à moradia, saúde e direitos sociais, expondo também essa transformação no modelo de movimento social. O autor menciona que as mudanças mais notórias nestes

movimentos são a falta de organização, a inconsistência de objetivos, a polarização em torno de duas forças políticas, além do individualismo.

Assim, observa-se que no país, esta mobilização social tem enfrentado uma crise de paradigma, a partir do momento em que a automação foi propulsora das fábricas, principalmente no ABC Paulista. Para entendermos esta revolução e as considerações desta mobilidade social, é importante fazer um retrospecto temporal, analisando o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI. Toda esta movimentação foi motivada por aspectos que influem na organização social diante de um novo modelo, a globalização, mas que traz consigo uma gama de circunstância e o desenvolvimento em termos econômicos, que para o trabalhador nem sempre está de acordo com sua realidade (MELLO, 2021).

Nessa ótica, Furtado (2009) evidencia que os problemas precisam ser superados, porque tal desenvolvimento entra numa questão subjetiva, ao entender que desenvolvimento para uma população pode não ser para outra. Deste modo, pretende-se analisar a evolução histórica deste período para melhor compreensão do desenvolvimento, articulando e ganhando força na sociedade civil e organizada.

Conforme Lima (2003) no Brasil, esses movimentos têm passado por profundas e significativas transformações sociais e culturais. Os pensadores começaram a se debater entre os rumos de uma nova concepção de mundo e métodos econômicos que potencializam o desenvolvimento do país, as partituras e articulações keynesianas ganham força e o movimento operário tomou novos rumos.

Fazendo-se uma abordagem historiográfica dos movimentos sociais, verifica-se que entre os anos 1980 e 2000 mudanças importantes processaram-se na configuração desses movimentos, que passaram a se caracterizar pela organização em rede, pela horizontalidade e pluralidade ideológica. Tais mudanças talvez possam ser parcialmente explicadas pela necessidade de relações mais democráticas no interior dos próprios movimentos, embora tais movimentos não decorram exclusivamente de lutas, com espaço definido, determinado por questões políticas e econômicas, mas por diversas situações históricas e geográficas (MELLO, 2021).

Ao realizar um histórico dos movimentos sociais, iniciados com a abertura política após tantos anos de repressão militar, encontra-se a recessão da indústria e da economia a partir dos anos 80, juntamente com o fracasso das políticas governamentais no combate a inflação. No que diz respeito à perspectiva dos

movimentos sociais entre os anos 60 a 80 (MELLO, 2021).

Em 1962, por meio da fundação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), já se percebia a necessidade de ampliação da margem de ação dos sindicatos, assim como seus limites, sua estruturação, mas a partir de uma grande politização de suas vanguardas de um trabalho de ampliação, de suas bases, á nível das empresas ou locais de trabalho (MELLO, 2021).

A consciência coletiva foi amplamente influenciada pelos grupos de esquerda e pela revolução cubana, contagiando os trabalhadores brasileiros, momento em que o sindicalismo brasileiro sofreu mudanças bruscas, principalmente em função da automação e os mecanismos da globalização que passaram a substituir pessoas nos processos de trabalho. Apesar dos discursos progressistas, uma onda de demissão em massa atingiu as fabricas do ABC Paulista na década de 80 (MELLO, 2021).

Neste cenário, as lutas deixam de enfatizar a ideia de cooperativismo, contrapondo aos diversos modos de exploração mecanizados pelo capitalismo e utilizando um discurso subjetivo que o Brasil cresce, emergente que será um potencial mundial e ao povo aquilo que os romanos deram como a política do pão e circo, desta forma, a população carente e alienada acabava esquecendo os problemas da vida, diminuindo as chances de revolta (MELLO, 2021).

As escolas sociológicas europeias da América do Norte em muito se diferem do momento de ascensão social da América Latina, especialmente no que diz respeito às necessidades da população carente, pois o Brasil precisa dos expoentes de ordem políticas que estejam em concordância com o continente. Observa-se que a força reivindicatória presente com objetivos ideológicos nos anos 70 e 80 do século XX, perdeu nos anos 90 a força reivindicatória, causando rupturas e a perda de algumas utopias (MELLO, 2021).

Os demais países da América Latina sempre tiveram em termos de reivindicações um radicalismo para suas mudanças sociais que ofereceram perspectivas reais de supressão e eliminação das injustiças estabelecidas com base no problema da desigualdade. O Brasil partiu dos princípios dos acontecimentos além das suas fronteiras, o que rezava a cartilha de alguns pesquisadores para aprender a reivindicar seus direitos, não só em termos de mobilidade social, mas também os processos sociais foram mais lentos, considerando em termos de luta armada, sempre houve um meio termo, chegou-se até perto (quanto à legalidade

brizolista) (MELLO, 2021).

Em relação ao desenvolvimento, pode-se verificar que a mobilização e a participação social podem auxiliar nesse processo. Porém, neste novo milênio, com a concepção da *internet* e das redes sociais, talvez, a falta de identidade acabou desmistificando o movimento popular. O esforço coletivo, sempre existiu, mas as tendências acabam se transformando com o passar dos anos. A chamada liberdade *online* pode ser o primeiro estopim de um movimento, mas as ideias utópicas não estão bem caracterizadas. Ou seja, não basta apenas se mobilizar, mas as tendências devem estar de acordo com os pedidos e as reivindicações. Assim, observa-se que fica melhor para poder inovar e resolver problemas. Entretanto esta colmeia digital, também sofre críticas. O esforço coletivo acaba reproduzindo vidas rotineiras de um emaranhado de informações, que acaba nivelando por baixo o produto final reivindicatório (MELLO, 2021).

O cenário atual revela uma massificação social, em busca de conteúdos substitutos de valores que existiam antigamente. Lutou-se por melhoria nas condições de saúde, no entanto, não havia conhecimento a respeito de quais melhorias deveriam realizar. Ou seja, uma luta sem objetivos. Um plano, sem projetos. Desta forma, observa-se um retrocesso, direcionando tudo ao abstrato, ao irreal, ao subjetivo, das redes sociais (MELLO, 2021).

Salienta-se que o verdadeiro valor de um movimento social é o caráter de identificação entre os ideais, o direcionamento de um plano compacto entre os comandantes das lideranças e também daquilo que se está se reivindicando. A massa, algumas vezes não consegue entender, enquanto cientistas sociais (historiadores, sociólogos, filósofos e pedagogos), deve ser o fio condutor entre os humildes necessitados, objetivando buscar aquilo que Santos (2003) entende por outra globalização, e não construindo o novo milênio, em uma elite mundial, atravessando as fronteiras e multiplicando a opressão das multinacionais em que uma compra a outra, desenvolvendo quadros de desemprego e conseqüentemente a fome e miséria (MELLO, 2021).

A partir do exposto, compreende-se que na tentativa de sobreviver em meio a tantas desigualdades a ideia do associativismo, fortemente destacado a partir das mobilizações da década de 90 no país, auxilia os grupos de minorias, que de forma organizada fortalece sua classe por meio de práticas associativas e descentralizadoras de poder, que vão beneficiar o coletivo, e promover o

desenvolvimento social em todas as suas dimensões. Assim amplia-se o debate de que o associativismo na perspectiva do desenvolvimento sustentável de uma dada população pode trazer melhoria nas condições de vida da mesma.

1.2 ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO

Segundo Tocqueville (1998) para a existência de um regime democrático é primordial que a sociedade se mobilize. O associativismo é uma forma de mobilização estruturada, essencial à democracia. O autor descreve a prática da seguinte maneira:

Nos países democráticos a ciência da associação é a ciência mãe; o progresso de todas as outras depende dos progressos daquela. Entre as leis que regem as sociedades humanas, existe uma que parece mais precisa e mais claras que todas as outras. Para que os homens permaneçam civilizados ou assim se tornem, é preciso que entre eles a arte de associar se aperfeiçoe e desenvolva na mesma medida em que cresce a igualdade de condições (TOCQUEVILLE, 1998, p.394).

Clemente *et al.* (2020) explica que o associativismo emerge da necessidade coletiva e individual, onde de forma organizada o homem forma grupos em torno de objetivos comuns. Desta forma, em associações os membros dos grupos cooperam entre si o que aumenta a chance de os mesmos obterem êxito no que diz respeito ao desenvolvimento espacial, territorial, econômico ou social.

Oportuno mencionar o texto de Frantz (2002) sobre o associativismo:

(...) potencialmente, o associativismo, a cooperação, contém o desenvolvimento local (...). A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação. O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas (FRANTZ, 2002, p. 25).

Nas palavras do autor Lucas (2020), o associativismo “é qualquer iniciativa formal ou informal, que reúna um grupo de pessoas ou empresas, com o principal objetivo de superar dificuldades e gerar benefícios comuns: econômicos, sociais e políticos”. Estes princípios transformam-se em melhoria nas condições de vida, de uma população. Como exemplo de tais melhorias menciona-se a redução de impostos, investimento em saúde, segurança e educação e o desenvolvimento local por meio de arranjos produtivos. Algumas das possibilidades existentes podem ser

articuladas no âmbito social, como instrumentos facilitadores do desenvolvimento⁴ local, territorial e endógeno⁵ remetendo-nos a uma nova concepção, repensando a atuação do indivíduo na sociedade.

Ainda conforme Lucas (2020), uma das maiores vantagens do associativismo é a união dos associados. Juntos, estes passam a representar uma força transformadora na comunidade, tendo em vista que em união, os membros participantes são mais fortes. O associativismo é uma forma natural de preservar e fortalecer interesses de grupos seja na esfera social, política, econômica ou ambiental. Assim, uma associação caracteriza-se como um instrumento que envolve o compromisso com o bem comum. Trata-se de dois ou mais membros que representam e defendem os interesses e objetivos comuns dos associados (LUCAS, 2020).

Para Lopes e Souza (2019) o ato de associar objetivos comuns em um determinado local/região ou comunidade, por exemplo, permite que a troca de experiências ou junção de ideias converta-se em indutores de desenvolvimento que vão trazer melhorias aos sujeitos de tal localidade, além de permitir o crescimento local, por meio de novas oportunidades, aumentando as chances de transformação da realidade social dos atores, principalmente por meio da participação dos mesmos de maneira que estes a sejam o foco central na tomada de decisão e no planejamento de ações voltadas às demandas do grupo social.

Os autores classificam o associativismo como uma mobilização social onde a cooperação passa a ser uma força indutora para a transformação, constituindo-se numa ferramenta de grande auxílio no enfrentamento das desigualdades sociais. Além disso, propicia o desenvolvimento local não só na esfera econômica, mas também nas esferas sociais, ambientais, políticas e humanas.

Assim, na opinião de Ganança (2006, p. 8):

As associações poderiam ser consideradas como escolas de civismo, de convivência democrática, de colaboração e de aplanamento de

⁴ Conforme Reis (2012) o desenvolvimento compreende três esferas: i) Social (acesso à saúde, moradia, alimentação etc...); ii) Econômico (emprego e renda para a população); e iii) Política (no sentido de prover a população de benefícios sociais, políticas públicas).

⁵ O termo desenvolvimento endógeno abrange o desenvolvimento local e territorial, convergindo das experiências de interação dos atores locais na formação de estratégias que vão influenciar diretamente na dinâmica econômica e na formação de políticas públicas que atendam as demandas da população local. Assim, entende-se que os termos desenvolvimento local, territorial e endógeno estão interligados (REIS, 2012).

posicionamentos mais radicalizados com relação à normalidade e à estabilidade social e cultural vigente.

Ganança (2006) ainda acrescenta que a economia deriva das relações sociais e não há como fortalecer uma população e promover o desenvolvimento sem ter os agentes atuando como o foco central, abrindo diálogos que nortearão as ações coletivas, que vão beneficiar o desenvolvimento local trazendo qualidade de vida por meio do acesso à saúde, educação, geração de emprego e renda e respeito à cultura dos cidadãos presentes na comunidade. Desta forma uma população cria condições de igualdade para todos tornando-se cidadãos democráticos e livres, além de desenvolver o senso de solidariedade social, tão importante para a convivência coletiva.

Corroborando com tais afirmativas Leonello e Cosac (2008, p.05) destacam:

As organizações associativas abrigam um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam no sentido de fazer frente a naturais debilidades. Da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder.

Os autores salientam que neste contexto o desafio é fazer com que todos os envolvidos tenham a consciência da importância de seu engajamento e formulem ações de maneira harmoniosa, de forma que todos os agentes se sintam acolhidos e que tenham suas demandas atendidas, além de possibilitar a autonomia de cada membro participativo.

Cabe ainda expor o que os autores comentam sobre a importância do associativismo para a melhoria da condição humana colocando o indivíduo no centro das ações:

O indivíduo é o centro de todo o desenvolvimento, ele é quem busca meios, caminhos que possam levá-lo a conquistar a melhoria das condições de sua vida, primeira condição, para se atingir o desenvolvimento social e conseqüentemente, o local. Pois, o desenvolvimento local só pode ocorrer mediante a emergência da sustentabilidade do ser humano e do meio ambiente que está inserido (LEONELLO; COSAC, 2008 p.06).

Por outro lado, a baixa participação dos atores sociais leva ao enfraquecimento de uma população que fica refém da tirania de uma maioria que está meramente interessado no despotismo detrimento da democracia.

Importante frisar que como precursores do associativismo têm-se a I e a II

Revolução Industrial onde com a consolidação do capitalismo, o interesse privado em detrimento do interesse coletivo fez com que trabalhadores se unissem em prol de condições mais justas e igualitárias e realizassem o que os autores Goerck *et al.*, (2020) chamaram de autogestão.

A riqueza concentrava-se na mão de poucos. A demissão em massa fez com que aumentasse a exploração de trabalhadores, inclusive mulheres e crianças que em situação de miséria, trabalhavam em jornadas extensas de 15, 16 horas, em condições desumanas, por salários precários para sustentar suas famílias. Completamente destituídos de direitos trabalhistas a classe operária vive uma verdadeira situação de fome e miséria. Diante disso, visando reduzir as desigualdades sociais, um pequeno grupo de Tecelões da Inglaterra, na cidade de Rochdale, funda uma cooperativa de consumo. Conhecida como “Probas Pioneiros de Rochdale”, um marco simbólico do associativismo (GOERCK *et al.*, 2020).

A partir desse marco, por meio de reuniões surgiram ideias de cooperativismo e seus pressupostos, onde sete princípios regem a ação.

A elaboração dos princípios básicos do cooperativismo é exposta por Goerck *et al.* (2020 p. 20) da seguinte forma:

Os Princípios Básicos do Cooperativismo são constituídos pela: a) adesão livre (livre-entrada ou saída de cooperados); b) gestão democrática (cada cooperado tem direito a um voto, não dependendo da quantidade de capital investido); c) taxa limitada de juros ao capital (as cooperativas não podem cobrar juros elevados sobre o capital investido para os novos cooperados); d) distribuição de sobras equivalentes (as sobras pertencem aos cooperados e podem ser distribuídas de forma igualitária aos associados, que devem aplicar pelo menos 10% na cooperativa); e) neutralidade social e política (os integrantes da cooperativa não podem discriminar sobre nenhum aspecto os cooperados e impedir a adesão de novos cooperados); f) ativa cooperação entre as cooperativas (integração entre cooperativas locais, nacionais e internacionais); g) educação, capacitação e informação.

Nota-se que aos associados são conferidos direitos e deveres. Além disso, as ações são voltadas ao benefício coletivo. Dessa forma os participantes conseguem acessar benefícios que sem a cooperativa seriam muito mais limitados. Com isso é possível promover o desenvolvimento local trazendo melhorias para a população.

Conforme Leonello e Cosac (2008) o associativismo é uma das maneiras de mobilização social. Todavia, assim como para outras formas de mobilizar-se é necessário o interesse na permanência do desenvolvimento de ações coletivas que objetivam o desenvolvimento de uma localidade ou região. A capacitação dos

envolvidos é de suma importância para que não se deixe de perceber as oportunidades que vão conferir vantagem competitiva em relação a outras regiões, por exemplo. Por este motivo investimentos no capital humano deve ser uma das prioridades dentre as ações. Para manter o foco da presente pesquisa é importante mencionar que no país os movimentos sociais em torno do direito à moradia vêm trilhando uma árdua jornada a partir de uma alta demanda. A cooperação entre política e sociedade organizada resultou em uma mobilização social.

1.2.1 Movimentos Sociais e Habitação

A demanda por moradia representa um grave problema social no Brasil. Os movimentos sociais em torno da demanda por habitação acompanharam a onda de todos os outros movimentos desde a década de 70. Entretanto, a falta de investimentos nas políticas sociais, somados ao cenário de êxodo rural, desemprego em massa agravaram a crise do *déficit* habitacional, e os menos favorecidos acabam se abrigando em locais de proteção ambiental, ocupando áreas inadequadas para moradias (FERREIRA, 2012).

Em concordância Maricato (1995) admite que dentre as demandas sociais a habitação seja uma questão complexa e urgente a ser resolvida, tendo em vista que está ligado ao uso clandestino e irregular do espaço urbano. Além da falta de moradia, estão à carência da infraestrutura urbana, falta de acessibilidade e problemas de mobilidade urbana com sistema de transporte indigno e congestionamentos caóticos.

Para exemplificar a mobilização social em torno do direito a moradia no país mencionam-se alguns movimentos como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLPM); Movimento dos trabalhadores sem teto (MTST); Trabalhadores sem terra (MST); movimento Passe Livre (MPL); Periferia Ativa; Movimento Popular por Moradia entre outros. Ambos os movimentos são formados por trabalhadores que lutam há décadas pelo direito à moradia e à moradia digna que vem acompanhada de outros tantos direitos como educação, saúde, transporte coletivo e infraestrutura básica (ARRUDA; AZEVEDO; TIMÓTEO, 2016).

1.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO

O desenvolvimento regional endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica em uma contínua ampliação da capacidade de geração e agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região, na retenção do excedente econômico gerado na economia local e na atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local/regional gerada por uma determinada atividade econômica (MARAL FILHO, 2002).

Conforme expõe Vázquez-Barquero (2000) o desenvolvimento endógeno se mostra mais eficiente quando existe a democracia e a participação social. De forma que a comunidade esteja presente em assembleias, votações que envolvam decisões importantes relacionadas às demandas locais. O autor acrescenta que comumente este tipo de desenvolvimento está mais presente em comunidades menores ou pequenas cidades. Os aspectos que devem ser primordialmente analisados relacionam-se com a questão ambiental e cultural, onde se deve garantir que as interações atreladas ao mercado se adequarão à comunidade local causando somente impactos positivos.

Uma importante colocação é feita por Oliveira e Lima (2003, p.31). Os autores afirmam que “pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”. Porém, os autores explicam que as teorias clássicas existentes sobre o desenvolvimento endógeno o relacionam com uma força motriz advinda da região central. Trata-se da Teoria de base da exportação, Teoria da difusão e Teoria do polo de crescimento. Ambas definem que a dinâmica que envolve as atividades comerciais se complementa provocando uma corrente, onde tais atividades servem de base de apoio uma para a outra.

Entretanto, os autores apontam que:

São as teorias clássicas que servem de suporte às políticas econômicas que excluem setores fundamentais da sociedade local, em particular, e da sociedade civil, em geral. Em termos mais simples, o paradigma “centro-abaixo” informa a arrogância da tecnocracia, uma vez que confia mais em seus cálculos cartesianos que nos anseios das populações (OLIVEIRA; LIMA, 2003, p. 30).

Assim, Oliveira e Lima (2003) afirmam que se faz necessário enfatizar os fatores internos à região. Tais fatores são capazes de transformar um impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento para toda sociedade.

1.3.1 Participação da Sociedade e o Desenvolvimento

Na perspectiva do desenvolvimento como melhorias na qualidade de vida de uma população, a participação social destaca-se como estratégia chave na promoção da mesma. Quando a comunidade se envolve de maneira participativa mobilizando-se em prol de seus direitos, torna-se possível que os objetivos comuns da mesma sejam pautados e interfiram na agenda pública, por exemplo, permitindo o desenvolvimento de uma região. Entretanto, em uma população nem todos estão dispostos a participarem. Desta forma, muitas vezes a sociedade precisa ser estimulada para que se manifeste em favor do bem comum a todos (ROCHA; BURSZTYN, 2005).

Desta forma entende-se que para impulsionar o desenvolvimento local é necessária articulação entre os fatores sociais, políticos e econômicos. Considerado como um processo endógeno, onde pequenos grupos transformam o ambiente social e econômico, em nível local, por meio das capacidades e potencialidades que envolvem a localidade, considerando seus recursos humanos, estimulando novos arranjos produtivos, de maneira sustentável, que considere a conservação dos recursos naturais (LEONELLO; COSAC, 2008).

Citada por Rocha e Bursztyn (2005) como “tábua de salvação” visto que a participação social permite a articulação entre sociedade civil e esfera pública para o enfrentamento das desigualdades sociais e da pobreza. Essa junção dá origem a novos canais que vão conferir maior protagonismo aos sujeitos, tornando-os responsáveis também por trazer benefícios e melhorias relacionados à sua qualidade de vida, além de estimular que essas melhorias sejam de maneira sustentável, o que significa que serão respeitados os recursos naturais do meio ambiente, reduzindo-se o impacto ambiental para as gerações futuras. Por este motivo é tão importante que os agentes sociais participem da tomada de decisão junto ao poder público. Esse diálogo proporciona um planejamento mais eficaz quanto objetivo dos atores locais, que almejam principalmente melhor qualidade de vida, por meio do acesso a moradia, saúde, educação, emprego e renda.

Soares (2020) sinaliza que a participação democrática dos agentes sociais é extremamente importante para que o desenvolvimento aconteça. O autor classifica a participação social como um processo de conquista onde o homem precisa conscientizar-se do seu papel enquanto agente transformador, através de diálogo, onde é possível cobrar direitos, sugerir melhorias, que vão contribuir para a definição do planejamento de políticas públicas que vai atender melhor à demanda da população, através da identificação dos principais problemas vividos na localidade. Por outro lado, verifica-se a importância dos agentes mediadores entre a população organizada, governo, entidades e o regime político vigente para a institucionalização da democracia representativa ou direta. Cabe ressaltar que ao democratizar reconhece-se a diversidade de sujeitos e as políticas públicas devem considerar os direitos e demandas de todos sem distinção. É necessária inclusive a ampliação de leis existentes para que se faça valer a democracia de forma ampla e abrangente.

Diante do fenômeno da globalização e a transformação do cenário político a participação social tem sido estimulada e vem crescendo devido à precariedade dos sistemas de planejamento urbano no país que apresenta péssimas condições no que diz respeito a ofertas de serviços públicos e ao atendimento população o que reflete na saúde humana e na integridade dos recursos ambientais. Na tentativa de reverter tal situação e conseguir acesso a uma melhor qualidade de vida, a sociedade passa a se organizar e associar seus objetivos, de maneira que o Estado tome conhecimento de suas necessidades e priorize ações estratégicas para sanar problemas e proporcionar melhorias para a população. (ROCHA; BURSZTYN, 2005).

Para Sant'Anna e Oliveira (2019, p.16) o crescimento econômico de uma região ou território pode ser transformado em desenvolvimento por meio da participação social aliada à gestão compartilhada entre setores públicos e privados. Os autores asseveram que “o desenvolvimento deriva do conteúdo das escolhas públicas e da capacidade dos agentes locais (públicos e privados) estabelecerem arranjos políticos entre os diferentes segmentos de atores presentes no território”. Dessa forma é possível combater as desigualdades sociais, criar novas oportunidades de emprego e renda possibilitando na melhoria da qualidade de vida da população.

Neste sentido, é importante salientar as afirmativas dos autores a respeito da participação social:

Nesse contexto, o desenvolvimento territorial requer a participação da sociedade nos processos de gestão dos territórios por meio de um planejamento participativo. Quanto maior a capacidade de a gestão absorver os interesses locais, maior será a capacidade de serem atendidas as necessidades humanas e os anseios da sociedade local, por meio da elaboração de políticas públicas capazes de atender às necessidades de crescimento econômico, sem negligenciar os impactos causados sobre a população, e elaborar ações de combate ou mitigação das desigualdades criadas pelo sistema produtivo e as necessidades geradas pelo mercado (SANT'ANNA; OLIVEIRA, 2019, p. 37).

Uma vez que a sociedade atua angariando a visibilidade política voltada para as suas demandas, evidencia-se especificamente quanto à atuação de políticas públicas que melhor atenderão a população.

Conforme Sayago (2007, p.15) “a participação é um processo em construção, debatido nos espaços públicos que tenta superar a clássica dicotomia entre representação e participação”. A autora esclarece que a participação da sociedade auxilia as populações subdesenvolvidas a resistirem à crise e transformar a situação de problema em apontamento de solução. Por meio da consciência coletiva e das iniciativas do grupo obter melhorias que vão proporcionar melhor qualidade de vida a população. Ressalta-se que é muito importante que os agentes sociais tenham essa percepção e exerçam a sua cidadania de modo que sua atuação corrobore com a democracia econômica e política do país.

1.3.2 Políticas Públicas e a Participação da Sociedade

Segundo Honda *et al.*, (2005) o planejamento urbano é um dos processos mais importantes no desenvolvimento das cidades, pois ele auxilia a ocupação racional juntamente com o equilíbrio ambiental, e por isto, não deve estar desvinculado das políticas públicas de desenvolvimento do município, uma vez que está diretamente ligado a qualidade de vida da população.

De acordo com Maricato (2001) existe muito atraso na articulação dessas políticas, por isso faz-se necessário uma atenção pontual e decisiva neste processo de desenvolvimento urbanístico, a fim de construir uma política urbana inclusiva e colocar a habitação como eixo central da política e gestão urbana.

Uma política pública precisa abordar as seguintes características: institucional (elaborada e dirigida por autoridades), decisória (decisões de curto/longo alcance em determinadas situações), comportamental (ação ou inação, mas acima de tudo

uma ação singular) e causal (produtos das ações políticas e sociais) (SARAVIA; FERRAREZI, 2006).

Assim, para a construção de um país mais justo e igualitário é necessário que os atores sociais sejam ouvidos. A participação social para a formação de políticas em favor das demandas da sociedade tem sido cada vez mais recomendada, inclusive pelos Organismos Internacionais de financiamentos. Vale ressaltar que os processos de participação devem estimular e informar a população proporcionando autonomia aos indivíduos, e não seja apenas um processo de controle social com finalidade inversa do proposto para o termo.

Oportuno mencionar as palavras de Villanueva (2012):

A política pública é um produto da interação governo-sociedade, um trabalho coproduzido pelo poder público e pelo público cidadão de acordo com diferentes formas e graus de interlocução e influência. É uma obra pública e não apenas governamental (VILLANUEVA, 2012, p. 17).

Para o autor a eficácia da política pública é baseada, portanto, em uma base técnica e outra dialógica, ambas com diferentes formas de interdependência e equilíbrio entre suas fundações. A análise das políticas públicas não é apenas científico-técnico, positivista, mas também dialética e hermenêutica, e assim bidimensional, avaliativa e técnica.

Ao encontro dessa concepção, Muller (1998) afirma:

Uma política pública é constituída por um conjunto de medidas concretas que constituem a verdadeira "substância" de uma política pública. Ela compreende decisões ou formas de alocação de recursos "de natureza mais ou menos autoritária" (MULLER, 1998, p. 65).

Assim, implementar políticas públicas voltadas a melhoria das condições de habitação de populações que vivem em moradias irregulares, depende de um bom planejamento. Entretanto, o processo de construção dessa política precisa envolver a participação popular na sua formulação. Assim um ator político "tem interesse na sua resolução, este poderá então lutar para que tal problema entre na lista de prioridades de atuação" (SECCHI, 2015, p. 45).

A partir desta junção do governo com em parceria com a sociedade para a assertividade nas ações de políticas públicas Saravia e Ferrarezi (2006) afirmam que é possível uma melhor definição de agenda, inclusão de um pleito ou necessidade social como prioridades em uma lista do poder público. Designando um

conjunto de processos que direcionam os fatos sociais a adquirirem o status de “problema público”. A inclusão de tal problema na agenda denota uma intervenção pública legítima o que demanda decisões por parte das autoridades públicas.

Para Rocha e Bursztyn (2005, p.50) “os municípios são as unidades do Estado mais próximas da população” e a parceria entre os governos municipais e comunidades locais já são realidade em algumas cidades do Brasil e a população trabalha em conjunto no planejamento das políticas, decidindo quanto às prioridades, e auxiliando na gestão dos projetos. Essas ações são possíveis devido à ação direta da sociedade, por meio de comitês, ONGS, associação de moradores, universidades, dentre outros.

Esta relação é muito importante para o enfrentamento dos diversos problemas sociais e deve ser estimulada em um processo contínuo para que assim seja construída uma sociedade justa e igualitária que traga em seu bojo políticas e serviços públicos que vão servir de fato a própria sociedade, principalmente aos mais necessitados.

Oportuno mencionar as palavras de Rocha (2019) que adverte:

De maneira geral, os municípios devem garantir a partir das secretarias de habitação programas elaborados, que garantam uma maior participação da população, por meio do planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas para garantir um programa de qualidade com o envolvimento da comunidade (ROCHA, 2019, p. 45).

Ou seja, a construção das políticas deve ser embasada nas demandas da população. A população por sua vez deve estar engajada na participação das agendas visto que a implementação de políticas públicas segundo Lotta (2019) decorre de influências socioculturais e econômicas, como também das decisões dos atores sociais na formulação e execução de ações sociais, em vista a resolução dos problemas. O autor admite ainda que para a efetivação de um espaço de participação social nas políticas públicas é preciso superar desafios nas relações dos atores detentores de “poder” e população “carente”.

Nesta linha de raciocínio Castro e Young (2017, p. 41) descrevem:

(...) para funcionarem como espaços de efetiva participação social e coordenação das políticas governamentais com a sociedade, existem alguns desafios que precisam ser superados. Entre eles é possível mencionar a capacitação dos representantes da sociedade civil que participam do conselho, mas que não necessariamente conhecem os trâmites governamentais relacionados a orçamento e legislação.

Em relação às participações populares na formulação das políticas públicas, vincula-se ou caracteriza-se pela presença de representantes das comunidades envolvidos e conhecedores das necessidades sociais em destaque, inseridos como mediadores entre a população e os implementadores dessas políticas. Nesse sentido a coordenação embora tenha suas relações estudadas tardiamente no campo das políticas públicas, está sempre presente como condição importante, seja atuando na formulação, implementação, seu objetivo é tornar a política mais eficiente (SOUZA, 2018).

O autor assevera:

Do ponto de vista formal, pode-se definir coordenação como a organização de todas as atividades, com o objetivo de alcançar consenso entre indivíduos e organizações para o atingimento dos objetivos de um grupo. [...] A coordenação na perspectiva da política pública se desdobra principalmente em dois momentos: no da formulação da política e no da sua implementação (SOUZA, 2018, p. 16).

A coordenação em suas atividades de gestão em política pública com a comunidade deve atuar a partir de dois grandes grupos na sua formulação, participação, fiscalização e efetivação de políticas voltadas à resolução de ações sociais. O grupo-alvo deliberado que tem o poder de alterar ou beneficiar uma ação governamental, e a participação popular através de conselhos para a tomada de decisões no processo de políticas públicas (CASTRO; YOUNG, 2017).

Importante mencionar que a descentralização do poder de decisão, antes somente proveniente do Estado, favorece os grupos excluídos, além de combater o clientelismo e o autoritarismo, que são características de uma sociedade antidemocrática. Neste processo a participação da sociedade deve ser contínua, presente em todas as etapas para que os objetivos sejam alcançados e construam-se novos paradigmas, onde a participação do Estado aconteça em parceria com a sociedade, reduzindo-se assim as desigualdades sociais. Entretanto, a educação da população se faz necessária, pois somente por meio da mesma é possível um efetivo controle social. Como forma de superar os problemas sociais é de alta relevância o acesso a informação já que os espaços públicos estão abertos para a sociedade, mas esta tem que ter suas ações legitimadas pelo conhecimento de causa, agir com clareza nos objetivos, de forma organizada elevando sempre seu

nível de conscientização política e social (ROCHA; BURSZTYN, 2005).

2 CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

A descoberta da região de Foz do Iguaçu, no oeste paranaense, segundo Silva (2014), se deu na data de 1542 quando Álvaro Núñez Cabeza de Vaca realizava expedições nesse território, embora a ocupação só tenha ocorrido por volta de 1881, quando a então chamada Vila Iguassu recebia os primeiros habitantes, que mais tarde viriam a explorar a erva-mate na região.

O município está localizado no extremo oeste do Paraná, fazendo divisa com as cidades de Itaipulândia, São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu no território brasileiro. Faz fronteira ainda com a cidade argentina de *Puerto Iguazu* e com a cidade paraguaia de *Ciudad Del Este*, conferindo ao município a particularidade de Tríplice Fronteira.

Conforme o Plano o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável (PDDIS, 2016, p.46) a cidade apresenta alguns marcos históricos que interferiram fortemente para a sua criação e desenvolvimento que envolvem quatro ciclos:

1º Ciclo (1870 a 1970): Extração da madeira e cultivo da erva-mate. Neste período, ocorre a chegada dos primeiros desbravadores, predominando a presença de paraguaios, argentinos e indígenas. Este ciclo caracteriza-se pela exploração de grandes propriedades de forma predatória, com o deslocamento sazonal de trabalhadores exclusivamente para o corte da madeira e extração da erva-mate.

2º Ciclo (1970 a 1980): Construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu foi iniciada em 1974 e afetou diretamente os municípios vizinhos à obra, inundando terras férteis e produtivas, interrompendo vias de comunicação entre eles e deslocando a população local.

3º Ciclo (1980 a 1995): Exportação e turismo de compras. Coincidindo com o término das obras e início de operação de Itaipu, intensificou-se o comércio de exportação e o turismo de compras com o Paraguai. Estes fatores consolidaram-se em função de uma conjuntura de crises e transformações socioeconômicas que atingiram o Brasil.

4º Ciclo (1995 a 2003): Abertura de mercados – Globalização. Com a consolidação do MERCOSUL - Mercado Comum do Sul tem início no Brasil o processo de abertura do mercado econômico. Ao romper com o ciclo anterior de uma economia mais protecionista, acentua o agravamento da situação econômica e das políticas sociais do município, pois fez desaparecer grande parte do setor exportador, reduzindo significativamente o turismo de compras e a ocupação de estabelecimentos hoteleiros não classificados.

Ou seja, todos os ciclos mencionados contribuíram para o crescimento populacional, além de proporcionar o crescimento econômico e o desenvolvimento da cidade. A seguir, aprofunda-se mais sobre cada ciclo.

Segundo Xavier e Oliveira (2018) o ciclo da extração da madeira e cultivo da erva-mate perdurou por cerca de um século (1870 a 1970). No ano de 1889 a Colônia Militar foi formada a fim de realizar a distribuição dos territórios, e delimitar a região fronteira, ampliando o território brasileiro que até então era dominado por argentinos e paraguaios. Com espaço de 112.500 hectares em 1905 haviam 58 famílias que receberam lotes para moradia e cultivo de alimentos para a sua subsistência. Entretanto a região já sofria com o contrabando de madeira e erva-mate, de maneira predatória, sendo necessária a intervenção da base militar. O controle era difícil, principalmente pela falta de brasileiros residentes no território.

De acordo com Souza (2009) a exploração de madeira e erva-mate não foi inibida com a presença da colônia militar, pelo contrário, os militares corroboraram com a ação ilegal. Os trabalhadores ao invés de desenvolverem outras formas de subsistência por meio da agricultura ou agropecuária, continuaram a realizar a exploração predatória atendendo as demandas do mercado argentino por meio de práticas ilegais. Este teria sido um dos motivos que resultou no fracasso do projeto da colônia militar. Porém esses recursos esgotaram, e com o difícil acesso ao local, aos insumos e a tudo relacionado a sobrevivência a intensão de povoamento e produção de alimentos ficou inviabilizada, o que causou a extinção da colônia.

O autor frisa que o abandono por parte do estado e do governo federal impediu que o desenvolvimento local avançasse e falta de um porto, a precariedade das estradas, a falta de uma estrutura que permitisse a sobrevivência de maneira digna com acesso a profissionais da saúde, educação, foi outro fator que contribuiu para o fim da colônia militar, pois devido a baixa remuneração oferecida, não havia profissionais que aceitavam viver ali em situação tão difícil, isolados do restante do território brasileiro. Desta forma, nota-se que o governo federal não propiciou condições para que os habitantes permanecessem ali e a região da fronteira continuou desprotegida dos interesses estrangeiros, onde as atividades ilegais predominavam. Por outro lado, os moradores de Foz do Iguaçu dependiam dos insumos comercializados pelos argentinos no território brasileiro livremente. Observa-se que a implantação da colônia militar foi a primeira tentativa de ruptura da influência estrangeira.

Não obtendo êxito, Paro (2016) afirma que em 1910 a Colônia Militar passou a ser um distrito do município de Guarapuava e, posteriormente, em 1914 instituiu-se o município de Iguassu, onde foi nomeado o primeiro prefeito (Coronel Jorge

Shimmelpfeng). Em 1918, o município passou a se chamar Foz do Iguaçu e, para preservação das fronteiras, o governo Getúlio Vargas cria, em 1943, o Território Federal do Iguassu (Decreto-Lei nº 5.812/43). Desta forma a região passa receber intervenção direta do governo federal, estimulando a colonização.

Paro (2016) menciona que a expansão no processo de ocupação do estado do Paraná, as demandas econômicas relacionadas à exportação do café, erva-mate e soja contribuíram para o contexto histórico do município de Foz do Iguaçu, visto que tais demandas exigiram investimentos por parte do governo federal e estadual como a construção de vias férreas. Com isso, tem-se um desenvolvimento estrutural e maior ocupação territorial em função do aumento da imigração para o Estado. Um destaque para o período, que resolve a questão de demanda de mão de obra, é a migração de gaúchos e catarinenses para Foz do Iguaçu, o que provoca algumas mudanças no cenário local, tendo em vista a desativação do ciclo madeireiro e o estímulo à agricultura familiar, que passou a gerar renda para a população local, pois comercializava todo o seu excedente de produtos, dando origem a variados estabelecimentos comerciais na região urbana. Além disso, o turismo já vinha sendo explorado com a criação do Parque Nacional do Iguaçu, em 1939.

Mais tarde, em 1959, a construção da Ponte Internacional da Amizade sobre o Rio Paraná, também atraiu milhares de trabalhadores, aumentando significativamente a densidade populacional. Em 1965, além da inauguração da ponte, implantou-se o sistema de telecomunicações e concluiu-se a construção do aeroporto internacional. Além disso, a pavimentação da BR-277, concluída em 1969 foi outro fator que beneficiou o acesso ao município e conseqüentemente contribuiu para a formação da cidade, pois interligou o município as demais regiões do estado (PDDIS, 2016).

Já o segundo ciclo, ao qual se refere à construção da usina hidrelétrica de Itaipu, foi responsável por alterar o contexto social, de moradia e trabalho da população residente. Souza (2009) aponta que a obra grandiosa, iniciada em 1975, fez com que a cidade perdesse a característica de cidade rural, mudando a arquitetura da cidade através de construção de prédios e trouxe desenvolvimento e progresso econômico com um aumento da atividade turística com as Cataratas do Iguaçu. Entretanto, a construção da usina em função do alagamento, necessário para mudar o percurso do rio Paraná, gerou a necessidade de desocupação das terras e muitos moradores que viviam na área foram indenizados e tiveram que

buscar outros lugares para moradia e práticas de agricultura familiar.

Conforme Rocha (2019), são muitas as mudanças que transformam os territórios, inclusive sua paisagem local, o que pode ocorrer em um curto espaço de tempo. O autor evidencia que isto aconteceu em Foz do Iguaçu. A evolução da ocupação e desenvolvimento do município se deu de forma bastante irregular, tendo como fator principal o aumento populacional expressivo (383% entre as décadas de 70 e 90) em virtude da construção da Usina de Itaipu. A cidade precisou passar por rápida mudança para abrigar mais de 40 mil trabalhadores que chegaram de todo o Brasil para trabalhar na barragem. Foram construídos hospitais, escolas, condomínios residenciais, estabelecimentos comerciais que originou uma nova estrutura a partir daí começa a caracterização da identidade heterogênea do município.

Em virtude do alagamento o município perdeu cerca de 26,7% de seu território. O processo de desapropriação gerou alguns conflitos, haja vista que somente os moradores que tinham como comprovar por meio de documentos a posse de suas terras é que receberam a indenização. Nem mesmo o direito de usucapião⁶ foi considerado. Quem não comprovou judicialmente, no máximo recebeu por benfeitorias realizadas no local. Com a indenização de baixo valor, paga pela Itaipu pelas terras, nem todos os expropriados tiveram como comprar novas terras produtivas, e tiveram que se mudar do estado ou do país. Quem optou por ficar sofreu muitas dificuldades para se adaptar na zona urbana e tiveram inclusive que mudar de atividade, fato esse que contribui para o êxodo rural e a expansão do urbanismo. Aqueles que foram em busca de terras férteis com baixo valor de custo em relação no Paraguai, após preparo e cultivo de alimentos em larga escala, foram expulsos pelas autoridades do país vizinho, tendo que retornar ao município e recomeçar do zero (CONTE, 2014).

Contudo, com o término das obras em 1995, verificou-se um imenso contingente de desempregados, o que levou centenas de famílias de baixa renda, residentes no município a ocupações desordenadas de áreas públicas e privadas. Com isso é possível perceber que todo esse processo de transformação também gerou impactos sociais divergentes, com desigualdade visto que a dinâmica espacial

⁶ Usucapião designa a posse de terras por mais de 10 anos, determinada no Código Civil brasileiro. conforme Germani (2003, p. 58) na região alagada, haviam muitos posseiros por usucapião ou pessoas que compraram as terras de posseiros.

promovida pela construção da usina não beneficiou a todos. A construção da barragem está amplamente relacionada à alta do turismo e comércio na região uma vez que contribuiu para o desenvolvimento da infraestrutura do município. Mesmo com o término da obra, o turismo de compras, continuou aquecido, principalmente compras em atacado, e muitos trabalhadores, após dispensa da Itaipu, fixaram moradia no município e passaram a trabalhar envolvidas neste nicho, mas os menos favorecidos passaram a fixar em zonas periféricas, em áreas de proteção ambiental, em margens de córregos ou rio (CONTE, 2014).

Desta forma Thaumaturgo, Simões e Trannin (2013, p. 7) destacam que ao passo que a construção avança, as desigualdades aumentam e no ano de 1985 em moradias improvisadas constituem-se as primeiras favelas, “formando dois bolsões vazios no perímetro urbano do município. O primeiro, localizado na margem direita da rodovia BR-277, sentido Ponte da Amizade, entre a rodovia e a usina hidrelétrica de Itaipu e o segundo na margem esquerda da rodovia, junto ao núcleo central da urbanização”. Os autores ressaltam que em 1995 já era possível observar “vários bolsões vazios, nas áreas rurais e de preservação ambiental, como as margens do rio Paraná e próximas ao lago de Itaipu, na faixa dos 100 m do entorno do reservatório de Itaipu”.

No terceiro ciclo observa-se que a cidade continuou apresentando crescimento, mesmo com o término da construção da usina de Itaipu. Isto deve-se ao fato vinculado ao crescimento econômico onde a região possuía além da usina considerada a maior do mundo, dois principais atrativos os quais são: a) o turismo de compras no Paraguai; b) o turismo relacionado ao Parque Nacional do Iguazu. Tais atrativos faziam com que a cidade recebesse diariamente milhares de visitantes, compradores de todo o Brasil e também de outros países.

No quarto ciclo tem-se o rompimento com o ciclo anterior o que agravou a situação econômica, visto que afetou a exportação, drasticamente reduzida, bem como atingiu um alto percentual de redução das compras de turismo e conseqüente afetou a rede hoteleira o que acarretou no aumento do desemprego da população que estava atrelada a esses fatores para o seu sustento. Então após o ano de 2003, com o crescimento de uma economia informal, houve um aumento da ocupação de favelas na área urbana, impactando setores sociais como educação, saúde e segurança pública. Em 2013 as favelas e ocupações irregulares já somavam 80 comunidades em diversos setores da cidade, correspondendo a mais de 15 mil

pessoas vivendo em situação precária.

2.1 O PLANO DIRETOR DE FOZ DO IGUAÇU

O Plano Diretor é um instrumento de planejamento urbano e baseia-se nas diretrizes do poder legislativo no que tange as questões sociais como habitação, mobilidade urbana e as demandas por serviços essenciais. Previsto no Estatuto das Cidades, sua função é nortear o desenvolvimento urbano de forma sustentável, respeitando as questões ambientais. Segundo Maricato (1995) o Plano Diretor, é um documento elaborado e instituído como Lei municipal de cada prefeitura, deveria reger a cidade quanto à forma de ocupação dos espaços, materializando as escolhas sociais e políticas fundamentais, e que deveria também nortear os investimentos públicos e privados voltados à construção do ambiente urbano, na verdade deixa claro que no caso da segregação do solo não se considera o que não está documentado, por tanto não abrange as famílias carentes que vivem em ocupações irregulares, demonstrando que não há um planejamento que prevê a resolução do problema da habitação.

O Plano Diretor enquanto Instrumento desenvolvido para nortear as prioridades e demonstrar as intenções quanto ao bem estar geral da população, das cidades, considerando a preservação do meio ambiente e um desenvolvimento urbano sustentável, constitui-se num paradoxo, apresentando uma grande lacuna entre a teoria do texto e o praticado realmente, ou seja, existe uma lacuna entre quem pensa e quem faz... Pois o que se vê comumente é a população menos favorecida, empurrada para fora da cidade para viverem situações degradantes, sendo excluídas e destituídas de seus direitos (MARICATO, 1995).

O Plano Diretor Municipal de Foz do Iguaçu define os princípios, objetivos e diretrizes, além dos instrumentos de planejamento estratégico do desenvolvimento e expansão urbana do município. Conforme Art. 1º do Plano Diretor da cidade “é de referência obrigatória aos agentes públicos e privados que atuam na produção e gestão da cidade, e aplicar-se-á em toda a extensão territorial do município” (PDDIS, 2017).

Cabe citar o que determina Art. 4º do Plano Diretor do município de Foz do Iguaçu quanto a sua função social:

A função social da cidade compreende o pleno exercício de todos os direitos à cidade, entendido este como direito à terra, aos meios de subsistência, ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, à moradia digna, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao saneamento, ao transporte público, ao lazer, à informação, à infraestrutura urbana e aos demais direitos assegurados pela legislação vigente (PDDSI, art. 4º, 2017).

Todavia, Queiroz Neto *et al* (2011) explicam que em geral, na prática o que realmente acontece é que a acumulação de capital se sobrepõe aos interesses da sociedade, a partir do momento que não reconhece a totalidade do espaço urbano, evidenciando as intenções representadas por Estado e economia numa dinâmica voltada somente para acumulação de capital, onde inexistem respostas para os graves problemas sociais e ambientais no espaço urbano, impelindo a população a ocupar locais frágeis de forma irregular e ilegal devido à falta de alternativas tanto via mercado privado, quanto via políticas públicas sociais.

Denota-se que o rigor da legislação serve para impedir quem precisa ocupar o solo para a finalidade de subsistência, e possibilitar o exercício da corrupção entre quem fiscaliza e quem pode pagar para resolver as burocracias que envolvem a ocupação do solo.

Desta forma, percebe-se que quem não tem condições financeiras, no caso boa parte da população, continua fazendo uso ilegal da terra urbana. As consequências desta segregação socioespacial são a saturação das grandes metrópoles, uma infinidade de demandas populacionais não atendidas e a apresentação de um sistema falho que promove a exclusão social e gera diversos problemas que vão impactar na qualidade de vida das pessoas.

Neste contexto questiona-se quanto ao papel do Plano diretor em relação à função social da propriedade em cada município. O Estatuto das Cidades, ou Lei Federal 10.257/2001, estabelece parâmetros e diretrizes para a política e gestão urbana no Brasil, sendo a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Assim, torna-se visível a inoperância da gestão pública tornando perceptível o crescimento desordenado das populações o que demonstra o caráter paradoxal entre o que se leciona para o que se pratica no âmbito de desenvolvimento de políticas públicas. Todavia, a degradação do meio ambiente e o desenvolvimento nada sustentável continua em ascensão nas cidades, principalmente em cidades de médio porte. Enquanto isso a demanda por moradia só aumenta para aqueles as classes desfavorecidas.

2.2 AS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM FOZ DO IGUAÇU

As ocupações irregulares ou “aglomerados subnormais” são definidas pelo IBGE como formas de moradias em localidades privadas ou públicas para habitação em áreas urbanas. Em sua maioria, são carentes de padrão urbanístico, de serviço público e possui restrição a ocupação local. Desta maneira, a população fica sujeita a diversos riscos como o de deslizamento de encostas, inundações, doenças de veiculação hídrica (cólera, leptospirose, etc.), dentre outros (IBGE, 2020).

Conforme exposto neste trabalho, após a construção da Usina de Itaipu, o crescente desemprego e a economia informal, fez com que o município tivesse um agravamento social o que impactou no aumento de favelas e ocupações irregulares. Assim, para Martins e Ruschmann (2010) a atuação do setor social fica restrita e os moradores dessas comunidades ficam carentes de serviços sociais como saúde e educação.

No município de Foz do Iguaçu tais ocupações foram avançando e os moradores resistiram às tentativas de despejo, o que resultou na interferência da construção do espaço urbano. Como consequência da transformação rápida muitos problemas acompanharam o crescimento irregular da cidade. Além do aumento da pobreza e falta de moradia, aumentaram os índices de criminalidade, narcotráfico, pobreza e comercio ilegal de produtos dos países vizinhos.

Outra situação mencionada por Souza (2009) trata-se de casos dos imigrantes que foram atraídos por falsos agenciadores e chegaram ao município sem dinheiro, sem trabalho e se viam em situação de extrema pobreza. O impacto social e econômico no período pós-construção da usina ficou bastante perceptível, principalmente quando se compara os modelos de moradias em bairros com toda a infraestrutura, construídos pela Itaipu para abrigar seus trabalhadores com as péssimas condições de moradia para aqueles que passaram a viver ao entorno da cidade nas margens de rios e córregos. Para a autora a desapropriação de terras em favor da construção da Itaipu foi o estímulo principal para o crescimento descontrolado da cidade, o que a mesma chama de “processo de favelização”, onde grande parte da população vive sem saneamento básico, em situação precária. A autora expressa que a modernização proveniente da grande obra da barragem, infelizmente apesar de gerar grande esperança relacionada ao seu desenvolvimento, infelizmente não contemplou todos aqueles que chegaram no

município.

Cararo (2020) afirma que a diferença social no município tem como principal causa o crescimento acelerado. Com isso não foi possível absorver toda a população e por esse motivo também não foi possível prover essa população com habitação e trabalho, além de outros direitos conferidos aos cidadãos.

Para Ribeiro (2015, p. 38.), “(...) os sujeitos sociais envolvidos neste cenário figuram como agentes históricos ao passo que remodelaram e interferiram no espaço urbano da cidade”. A partir dessa vertente, o autor expõe que estes sujeitos devem ser inclusos na articulação das ações de planejamento urbano e não devem passar despercebidos como se a urbanização fosse focada apenas para a classe dominante, visto que esta intenção não prevaleceu. Estes devem ser inseridos no contexto histórico e terem suas demandas atendidas no plano de políticas públicas do município.

2.2.1 Consequências das Ocupações Irregulares para o Município

De acordo com Moraes (2017) nas áreas de ocupações irregulares, os serviços públicos de saneamento básico são inexistentes ou deficientes, é bastante comum encontrar água parada em recipientes ou poças, esgoto a céu aberto, acúmulo de lixo, além de grande risco de desabamentos. Essas moradias irregulares não possuem saneamento correto e os moradores descartam seus dejetos em tubulações desadequadas, inseridas em diversas partes ao longo do rio.

O desenvolvimento no município de Foz do Iguaçu foi acontecendo simultaneamente ao crescimento desordenado dessa ocupação, o que deixa claro que os atores locais nesta conjuntura não estão sendo absorvidos quando são articuladas as políticas públicas para o município.

Em relação ao desenvolvimento urbano, Tucci e Bertoni (2003) afirmam que o homem sempre buscou assentar moradias em locais próximos a corpos d'água, para satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, higiene, etc. Por esse motivo, as cidades acabam desenvolvendo comunidades ribeirinhas, o que pode acarretar nos problemas já expostos anteriormente. Como exemplo dessa situação cabe expor o cenário das ocupações Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava.

Assim como em outras ocupações do município, os moradores das

ocupações Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava estão vulneráveis, em situação de risco, principalmente devido às enchentes que comumente acontece que além de destruir as mobílias, trazendo danos materiais, trazem o alto risco de doenças de veiculação hídrica como a leptospirose, por exemplo.

Segundo Tucci (2006), as enchentes em áreas urbanas, ocorrem devido a ocupações de áreas ribeirinhas e ao processo de urbanização sem o devido planejamento urbano, que também é responsável pelas inundações. As favelas e áreas de ocupação se consolidaram como espaços de moradia frente à urbanização em todo o Brasil, tendo como principal protagonista, o município.

Conforme Denaldi (2003), devido ao problema atingir a coletividade, não resta alternativa senão a intervenção por parte dos Governos Municipais, Estaduais e Federais, por meio de políticas públicas de urbanização e habitação. A ação governamental em favelas promove sempre, em algum grau, a melhoria das condições de habitabilidade da população. O autor ressalta que a população excluída, geralmente tende a ocupar áreas desprezadas pelo setor imobiliário, onde é proibida a construção como as margens de rios e córregos. A ocupação destes locais, além de colocar em risco a saúde dos moradores, compromete a qualidade de vida da cidade como um todo. O autor esclarece que no Brasil, os custos de moradia não foram considerados quando no estabelecimento dos salários pagos pela indústria e tampouco foram assumidos pelo Estado. Deste modo, os processos de urbanização em conjunto com baixos salários obrigaram muitos a apelar para a invasão de terras.

Um estudo realizado por Valladares (1978) apontou que grande parte das famílias residentes em ocupações irregulares que foram realocadas para conjuntos habitacionais, acabou abandonando tal habitação, repassando-as para famílias com melhores condições financeiras. O autor aponta algumas falhas na política pública de realocação que fora utilizada, dentre elas, a grande distância entre a moradia e o local de trabalho, os custos com transporte, taxas de água, energia elétrica e desemprego. O autor assevera que uma política pública de moradias sociais deve se preocupar não apenas com questões habitacionais, mas devem prover ainda educação, trabalho e renda para a comunidade que usufrui deste tipo de programa governamental.

Diante do exposto, para que melhor se compreenda o objeto de estudo, na

sequência são descritos os principais problemas das ocupações Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava que demandam a mobilização, o associativismo e a participação de toda comunidade na busca de soluções.

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROBLEMAS DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES DO RIO MIMBI

As ocupações do Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava apresentam vários problemas sanitários, que tornam a sobrevivência insalubre. A figura 1 retrata o cenário de problemas como tubulações inadequadas, descarte inadequado de lixo, esgotos a céu aberto, dentre outros. Observa-se que todos esses fatores degradam o meio ambiente e deixam a população suscetível a problemas de saúde pública.

Figura 1 – Tubulações inadequadas (Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava).



Fonte: Foto própria registrada na fase de construção do projeto de pesquisa (2020).

Para Schutzer (2012) e Pedro (2006), o crescimento urbano irregular cria uma série de problemas de ordem ambiental, pois quando há um crescimento periférico em áreas inadequadas, especialmente nas proximidades de rios e córregos, o

equilíbrio ecológico fica comprometido, originando um impacto negativo direto na qualidade de vida de seus habitantes, através do empobrecimento da qualidade da água dos rios e córregos, o que conseqüentemente contribui para o impacto ambiental onde toda a população da região é afetada negativamente por conta da baixa qualidade do saneamento básico, e conseqüentemente a queda dos indicativos de qualidade, os índices humanos.

O instituto Trata Brasil (2012) define saneamento básico como:

(...) conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e à produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica (TRATA BRASIL, 2012, p.09).

Existem inúmeras doenças que estão associadas à contaminação da água, devido ao lixo descartado inadequadamente, vinculadas a excretas humanas ou de animais, podendo ser altamente nocivo à saúde pública. A água contaminada é capaz de veicular um número elevado de doenças. Através da sua ingestão, um indivíduo sadio, ao ingerir água contaminada pode desenvolver uma série de enfermidades (DUARTE *et al.*, 2015).

Na figura 2 é possível perceber a não conformidade em relação ao descarte do lixo produzido pela população.

Figura 2 – Descarte inadequado de lixo das ocupações Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava.



Fonte: Foto própria registrada na fase de construção do projeto de pesquisa (2020).

A foto ilustra claramente o exposto citado anteriormente referente a contaminação da água, destacando a necessidade de intervenção por meio de uma política municipal, estadual e federal de habitação, através de subsídios para população de baixa renda, com programas de produção de novas moradias, para atender também a população de favelas, assim como estabelecer uma gestão urbana inclusiva no nível local (MARICATO, 2001).

Segundo um estudo realizado por Oliveira (2019) sobre o impacto ambiental e a qualidade da água do Rio Mimbi no município de Foz do Iguaçu, demonstrou altos índices de coliformes termotolerantes, bactérias essas provenientes de fezes humanas, nas análises físico-químicas da água. O resultado é oriundo do esgoto doméstico, despejado sem tratamento, diretamente no rio, como mostra a figura 3.

Figura 3 – Esgoto a céu aberto localizado nas ocupações Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava.



Fonte: Foto própria registrada na fase de construção do projeto de pesquisa (2020).

Em relação à água contaminada Oliveira (2019) descreve em seu trabalho que 70% das doenças abordadas na pesquisa são de veiculação hídrica, referente ao uso recreativo da água do Rio Mimbi pela população local. Diante do exposto, reflete-se quanto ao papel dos governantes na articulação de políticas públicas para a resolução do problema, mas também se reflete quanto ao papel da comunidade

quando se fala em direitos sociais e a degradação do meio ambiente, que também é um problema público e de alta demanda, totalmente relacionado à saúde humana.

Por outro lado, o engajamento da população é de alta relevância, haja vista as afirmações de Rocha e Bursztyn (2005, p.47) alegando que “geralmente, a falta de interesse da população pela busca dos seus direitos está relacionada à falta de credibilidade na efetivação das políticas sociais e nos próprios governantes”.

3 METODOLOGIA

A pesquisa sobre as ocupações irregulares em Foz do Iguaçu é focada no caso das comunidades do Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava, localizadas nas margens do Rio Mimbí. Por esse motivo, no título é tratado como estudo de caso apenas por questão semântica, e não como método de pesquisa. Nessa dissertação utilizou-se como métodos: pesquisa bibliográfica, método qualitativo, método dedutivo, pesquisa de campo e análise do discurso, cujas definições são apresentadas no decorrer desse capítulo.

Para Nizo (2008, p.33), “a pesquisa se inicia com o reconhecimento de uma curiosidade impulsionadora e motivadora para o aprendizado”.

A busca pelo domínio teórico e/ou prático de um assunto ou, mesmo, a organização de um conhecimento científico também pode ter origem na procura das causas de um acontecimento ou na ocorrência do próprio e, geralmente, parte de uma revisão de literatura, comumente chamada de pesquisa bibliográfica (CARVALHO *et.al.*, 2002, p.13).

Por pesquisa bibliográfica entende-se “o levantamento da bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e impressa escrita (...) com o objetivo de permitir ao cientista (no caso deste trabalho, o pesquisador) o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (LAKATOS, 2011; p.44).

Para atender aos requisitos impostos pelo método de pesquisa bibliográfica (LAKATOS, 2011) impõe os seguintes passos serão executados:

- a) a escolha e delimitação do tema a ser pesquisado;
- b) a elaboração de um planejamento de pesquisa e confecção do trabalho;
- c) a identificação, localização, compilação, leitura e fichamento dos artigos pesquisados;
- d) a análise e interpretação do material;
- e) a redação do artigo científico.

A pesquisa também utilizará documentos e registros de imprensa, por meio de análise documental incluindo mídias sociais, declarações e reportagens que abordaram o tema. A análise documental é um importante complemento para as pesquisas, uma vez que permite riqueza de detalhes, acrescentando maior veracidade na descrição dos fatos. De acordo com Bocatto e Fujita (2006, p.85) “a análise documental deve desempenhar as suas funções de análise, síntese e

representação de acordo com as características de forma e de conteúdo que os documentos possuem”.

Conforme preconiza Teixeira (2000) o método qualitativo visa a relacionar a teoria e os dados, a teoria e a ação, a partir da compreensão, descrição e interpretação dos fenômenos, bem como das experiências pessoais do pesquisador. Para tanto, será utilizado do método dedutivo.

Quanto ao método cabe expor as palavras de Silva (2014, p. 5):

O método dedutivo é aquele que permite que o pesquisador ponha uma hipótese a si mesmo a respeito de uma série de acontecimentos, que ele supõe ocorrer também em um caso específico, e que, pela experimentação controlada, permite que os resultados sejam generalizados sob a forma de leis e teorias. Nesse caso, as generalizações não são probalísticas, são necessárias. Segundo a Lógica, a princípio mental que caracteriza a dedução é que o pensamento se move de uma condição geral para a particular.

O método contribuirá com a presente pesquisa no sentido de auxiliar no raciocínio dos fatos relacionados à origem das ocupações irregulares do município, trazendo as reflexões necessárias para que se chegue à conclusão do trabalho de maneira mais fidedigna possível.

A obtenção de informações físico-territoriais das moradias irregulares estudadas e seu entorno natural também apoiarão esta pesquisa, tendo como objetivo verificar aspectos relativos ao uso e ocupação do solo, infraestrutura urbana e utilização do ambiente construído e natural. Ressalta-se a observação como técnica de coleta de dados que busca obter informações utilizando os sentidos na obtenção de informações sobre determinados aspectos da realidade.

3.1 ÁREA DA PESQUISA

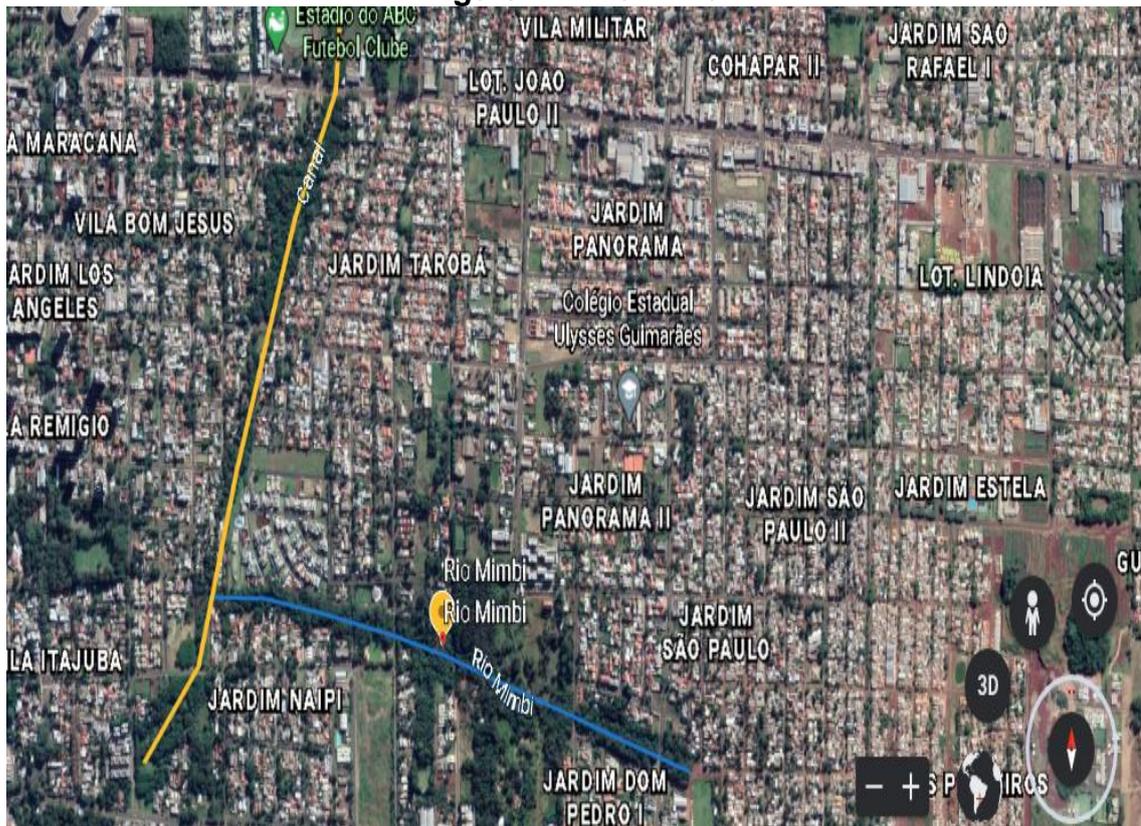
A área de destaque deste estudo são as ocupações irregulares ao longo do Rio Mimbi, envolvendo os seguintes bairros: Jardim São Luiz, Jardim Guarapuava II e Jardim São Paulo. A escolha deste local deve-se a experiência pessoal do pesquisador no ano de 2013, quando o mesmo trabalhou no complexo, desenvolvendo um trabalho de gestão voltado ao combate da proliferação do mosquito *aedes aegypti*, transmissor da dengue. Na ocasião, despertou-se o interesse pela origem e formas de organização da comunidade, haja vista a presença de alguns moradores que se mobilizavam e se uniam à equipe do Centro

de Controle de Zoonoses (CCZ), para ajudar no controle da doença, por meio de mutirões de limpeza na região.

Desta forma, a pesquisa foi desenvolvida no município de Foz do Iguaçu, região Oeste do Estado do Paraná. O município possui uma área territorial 618,057km² (2019), população estimada em 258.248 pessoas (2020) e uma densidade demográfica de 414,58 hab/km² (2010), conforme o IBGE (2020).

Os três bairros escolhidos (Jardim São Luiz, Jardim Guarapuava II e Jardim São Paulo) ficam às margens do Rio Mimbi, que está localizado na região central do município de Foz do Iguaçu e conta com as seguintes coordenadas geográficas: S 25°32'47,5 e W 54°33'22,7" em sua nascente, e S 25°32'37,94", e W 54°34,17,83" em sua foz, tendo o rio M'boicy, como extensão total de seu curso d'água cerca de 2km, conforme figura 4.

Figura 4 – Rio Mimbi



Fonte: Google Earth, 2020.

3.2 PESQUISA DE CAMPO

A fim de atingir os objetivos propostos no presente estudo, tem-se como método empregado a pesquisa exploratória de cunho qualitativo. Segundo Minayo (2001, p.27), o trabalho de campo “consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento”, etapa que pode ser realizada por meio da combinação de entrevistas, observações, levantamentos de material documental, bibliográfico, instrucional, etc. Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias.

Para a realização da pesquisa de campo e posterior coleta de dados, ainda de acordo com Minayo (2001), se faz necessário definir quais serão as técnicas utilizadas, dentre as quais entrevistas, observações, formulários, história de vida, além de pesquisa documental, sendo que o roteiro dos instrumentos utilizados em campo deve ser anexado ao projeto.

Na presente pesquisa de campo, as técnicas empregadas foram:

- Realização de entrevistas⁷ por meio de questionário com os moradores das ocupações irregulares ao longo do rio Mimbi (Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava) a fim de obter informes contidos na fala dos atores sociais que vivenciam a realidade que está sendo focalizada e;

- Observação participante, realizada através do contato direto do pesquisador com os moradores, no intento de conhecer a história de vida daquela população, sendo essa uma estratégia de compreensão da realidade, retratando as experiências vivenciadas. Como registros de fala dos participantes foram realizadas anotações simultâneas, gravações e filmagens para construir os detalhes da pesquisa. Tal material encontra-se nos apêndices da dissertação.

Após a realização das entrevistas e observação participante, conforme orientam Marconi e Lakatos (2003), o material coletado deverá ser organizado, analisado e interpretado. As entrevistas gravadas devem ser transcritas e analisadas através da técnica de análise de conteúdo.

Acerca da técnica de análise de conteúdo, Bardin (1977) a defini como:

⁷ De acordo com a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), por se tratar de pesquisa de opinião, sem identificação do pesquisado, a pesquisa de campo não carece de autorização prévia dos comitês de ética.

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Ainda segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo apresenta uma linha a ser seguida ao qual se tem três etapas:

a) Pré-análise do material coletado, que deve ser realizada com rigor e critérios bem definidos, por meio de leitura e edição, pois desta etapa resultará o corpus da pesquisa;

b) A exploração do material por meio do tratamento dos resultados. Nesta fase o material pode ser categorizado/codificado de acordo com os dados apresentados. Este passo permite que se defina com clareza o enfoque aos dados mais pertinentes em relação ao objetivo do trabalho ou para que se responda à pergunta norteadora da pesquisa e;

c) O terceiro passo, diz respeito à categorização das informações coletadas a partir da homogeneidade é possível então à inferência e/ou interpretação dos resultados.

3.3 QUESTÕES NORTEADORAS DA PESQUISA

Após a identificação do objetivo e da natureza do estudo definiu-se como instrumento da pesquisa algumas questões norteadoras do trabalho de campo:

1) Em sua opinião, por que as pessoas passaram a ocupar as margens do Rio Mimbi? E você, o que te trouxe para residir na comunidade?

2) Você sabe como a prefeitura planeja e implementa as políticas habitacionais para a população de baixa renda da cidade? Os gestores públicos ouvem as demandas da comunidade?

3) A comunidade se mobiliza para tomar decisões em prol da coletividade ou possui uma associação de bairros?

4) De que forma a comunidade vem se organizando para influenciar no desenvolvimento das políticas públicas para melhorar a qualidade de vida dos moradores?

5) Quais iniciativas e ações da comunidade foram adotadas para melhorar a vida dos moradores?

Após as entrevistas será aplicado o método de análise do discurso para trabalhar o conteúdo coletado.

3.4 A ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS

A pesquisa de campo foi concentrada nas lideranças locais e na percepção dos moradores mais antigos de cada comunidade ao longo do Rio Mimbi.

O primeiro passo para pesquisa de campo foi mapear as instituições, associações e movimentos sociais existentes nas comunidades das ocupações irregulares do Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava para, posteriormente, entrevistar as lideranças ou representantes. O segundo passo ocorreu através do diálogo com os moradores mais antigos, que possuem memórias históricas do território.

A pesquisa contou com a participação de onze (11) pessoas, sendo cinco (5) moradores mais antigos, quatro (4) representantes das associações de bairro (comunidade) e dois (2) vereadores (eleitos com defesa das pautas locais).

Para preservar a identidade dos entrevistados foram utilizados pseudônimos para análise do conteúdo. Os moradores são identificados apenas como Entrevistado (A, B, C e D). Já os representantes das associações de bairro e vereadores são identificados como Liderança (A, B, C...).

Em decorrência da pandemia do novo coronavírus, as entrevistas ocorreram por meio de aplicativo de mensagens (*whatsapp*) e visitas *in loco* nas comunidades selecionadas, com intuito de identificar as lideranças, e os moradores mais antigos. No período da pesquisa, também, ocorreu à observação participante através da interação em grupos abertos pela comunidade nas redes sociais, como o *facebook*.

3.5O MÉTODO DE ANÁLISE DO DISCURSO

Após as entrevistas foram realizadas as transcrições das falas dos entrevistados. Objetivando um resultado fidedigno quanto à interpretação do discurso apresentado pelos entrevistados, através do método de análise do discurso (AD).

Segundo Nogueira (2001, p.19) a “análise do Discurso coloca desafios importantes às pesquisas tradicionais e fornece uma metodologia para a

interpretação dos textos sociais”. A autora diz ainda que a análise do discurso é uma alternativa para analisar documentos como cartas, textos escritos e entrevistas, como é o caso dessa proposta. Desta forma é possível analisar o discurso dos entrevistados e de que forma serão tratados os dados apresentados, o que permite melhor compreensão dos fatos descritos nas entrevistas.

Conforme versam Caregnato e Mutti (2006), a análise do discurso está voltada para o que revela o discurso propriamente, ao contrário da análise de conteúdo que se volta para a análise do texto e a categorização dos dados contidos. O objetivo da AD é dar sentido ao discurso produzido considerando todo o contexto em que se encontra o locutor.

As autoras explicam que:

A AD não é uma metodologia, é uma disciplina de interpretação fundada pela intersecção de epistemologias distintas, pertencentes a áreas da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise. Essa contribuição ocorreu da seguinte forma: da linguística deslocou-se a noção de fala para discurso; do materialismo histórico emergiu a teoria da ideologia; e finalmente da psicanálise veio à noção de inconsciente que a AD trabalha com o de-centramento do sujeito (CAREGNATO; MUTTI, 2006.p.680).

Desta forma observa-se que a interpretação deve relacionar a linguagem, a história e o sujeito. Deve-se também atentar-se para a diferença entre o texto e o discurso daqueles que se comunicam. Por este motivo o emprego da AD se faz necessário, devido à importância de compreender de fato o que o discurso revela, haja vista a opacidade da linguagem dificultando que se entendam todos os sentidos das palavras.

Importante destacar o que salienta Fiorin (2001, p.93):

A língua é um fato social cuja existência se funda nas necessidades de comunicação. O discurso é o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos. Partindo do pressuposto de que o discurso materializa o contato entre o ideológico e o lingüístico no sentido de que ele representa, no interior da língua, os efeitos das contradições ideológicas, a análise do discurso apresenta-se como uma disciplina não acabada, em constante mudança, em que o lingüístico é o lugar, o espaço que dá materialidade, espessura a idéias, temáticas de que o homem se faz sujeito, um sujeito concreto, histórico, porta-voz de um amplo discurso social.

Para Silva e Araújo (2017) é necessário entender que o discurso é materializado através da linguagem, porém a ideologia do sujeito embasa o discurso. Assim, relacionar essas vertentes possibilita dar sentido naquilo que se

expõe por meio de um discurso, facilitando a compreensão do que foi retratado pelo locutor. Os autores afirmam que o papel da AD é de contextualizar o discurso com o sujeito e o ambiente a sua volta. Neste contexto consideram-se vários fatores como a etnia, classe social e cultural, a realidade vivida pelo sujeito e seu cotidiano.

3.5.1 Categorização a partir da Análise do Discurso e a Construção de Gráficos

Depois de feita a transcrição das entrevistas, utilizando o método de análise do discurso, isolou-se as narrativas das respostas de cada pesquisado, de forma a categorizar as que eram semelhantes e transportá-las para uma tabela. Na sequência, as respostas foram trabalhadas por meio da tabulação de dados do programa de computadores *Microsoft Excel*, onde obteve-se o percentual de cada grupo de respostas (categorias de análise) e seus respectivos gráficos.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

Conforme já mencionado, a pesquisa de campo, em decorrência da pandemia do novo Corona vírus, iniciou de forma virtual pelo grupo “Jardim São Luiz e Três Pinheiros [Independente]”, hospedado na rede social (facebook⁸), com 191 membros, criado pela moradora Elisiane Lucia Harms representante da Associação dos Moradores do Jardim São Luiz. A imagem de abertura do grupo (figura 5) mostra o descaso do setor público com os referidos bairros.

Figura 5 - Faixa exposta na Avenida Felipe Wandscheer



Fonte: Grupo “Jardim São Luiz e Três Pinheiros [Independente]” no facebook⁹.

A figura 5 traz como descrição uma frase que marca o abandono da região: “4 anos de obra e até agora nada de terminar, só poeira, barro e buracos em todas as ruas! União é força!” (HARMS, 2022). Na mesma figura, Ananias (2022) comenta: “Gostei estão começando a pensar no coletivo”, o que denota a percepção da importância do associativismo e da organização para resolver as demandas locais.

Em concordância, o morador do Jardim São Luiz, Bruno Matteus, na mesma

⁸ Disponível em - <https://www.facebook.com/groups/447855413491387/permalink/454259669517628/?sfnsn=wiwspwa&ref=share>. Acesso em 23/01/2022.

⁹ Idem.

página da rede social, grupo “Jardim São Luiz e Três Pinheiros [Independente]” faz apelo em vídeo¹⁰ na tentativa de chamar a atenção da população quanto à importância da união dos moradores na luta por melhorias no bairro. As filmagens mostram as situações de alagamentos recorrentes na região e as dificuldades enfrentadas pelos moradores que permanecem à mercê do descaso da gestão do município. Muitos comentários de moradores apoiam a iniciativa de relatar os problemas do bairro na rede social. Assim, é importante destacar o discurso do morador que comenta:

Tá triste! Contra fatos não há argumentos. A população tá sofrendo. Defendi por muito tempo que era preciso aguardar, pois as obras estavam em andamento, mas o povo (pagador de tributos) não aguenta mais, aí pergunto: até quando? O tempo acabou! Legislativo chega! Ministério Público (Patrimônio) chega! Parabéns ao autor da gravação, e a todos que denunciam esse descaso (GRIGGIO, 2021).

Em outro vídeo, do Jornal eletrônico Novo tempo também hospedado na rede social *facebook*¹¹ ao fiscalizar as obras de macrodrenagens inacabadas o morador Bruno Matteus quase foi agredido e a manchete do jornal dizia o seguinte: “Representante da empresa que realiza obras na região do Jardim São Paulo e São Luiz, tenta agredir morador que foi pedir informação sobre alagamento na rua onde mora. Assista a discussão que por pouco terminou no tapa. Lembrando que é direito do povo saber o que está errado principalmente quando se trata de obra pública”. No vídeo observa-se que o morador cobra explicações do representante da empresa que tenta coibir a filmagem de maneira agressiva alegando não ser responsável pelo projeto da obra, que segundo o morador, foi feita de forma inadequada com materiais insuficientes para a resolução do problema, o que é nítido já que está tudo alagado. O morador ainda faz novo apelo e declara que “o pessoal precisa entender que a prefeitura não faz favor à população e quem paga as obras públicas são os moradores, que são os contribuintes e pagam seus impostos” (MATTEUS, 2021). O mesmo comenta ainda que precisa de apoio nesta luta, além disso, se sente sozinho e desmotivado tendo vista comentários e ataques que recebe por meio de suas redes sociais. Observa-se que em seu diálogo, o morador demonstra sua indignação

¹⁰ Disponível em:

<https://www.facebook.com/groups/1500878173498598/permalink/2921507284769006/>. Acesso em 04/03/2022.

¹¹ Disponível em:

https://www.facebook.com/novotempofoz/videos/247865760022823/?extid=CL-UNK-UNK-UNK-AN_GK0T-GK1C. Acesso em 04/03/2022.

para com os representantes políticos da população, para com os moradores que não participam e com a gestão pública que se esquia do problema, e segundo ele, não faz o uso adequado das verbas agindo com descaso em relação aos problemas de alta prioridade como é caso dos recorrentes alagamentos na região.

Durante a pesquisa de campo, corroborando com o presente trabalho um morador de uma das ocupações irregulares forneceu a ata de uma reunião ocorrida, em 14 de janeiro de 2021, na Câmara Municipal de Vereadores do município, onde ele se reuniu com os senhores vereadores Cabo Cassol, João Morales e o pesquisador da presente pesquisa, o mestrando Jocemir Falcão de Mello. O objetivo da reunião era cobrar satisfação quanto ao andamento das obras desenvolvidas no complexo dos bairros Jardim São Paulo e jardim São Luiz. O documento traz a problemática da situação de recorrentes enchentes e alagamentos, assunto que foi o eixo principal, inclusive a reunião estendeu-se em forma de visita *in loco* com a participação de engenheiro para uma explicação técnica sobre o andamento das obras. Os participantes foram informados pelos vereadores que o problema é de conhecimento do secretário de obras do município, entretanto, segundo informado, este não participou da reunião e nem forneceu nenhum parecer (MATTEUS, 2021).

A visita foi registrada por meio de filmagem e na ocasião alguns moradores realizaram queixas sobre o sofrimento da população, bem como demonstraram agradecimento aos participantes que se reuniram para cobrar as melhorias na região. O documento encontra-se nos apêndices.

Deste modo, entender a percepção da população local se faz necessário para que o presente trabalho cumpra com sua proposta inicial. Na sequência, expõem-se por meio de gráficos os resultados da pesquisa de campo realizada por meio de questionário com alguns integrantes da população.

4.1 A PERCEPÇÃO DAS LIDERANÇAS¹² E DE PESSOAS¹³ DA COMUNIDADE

Após as entrevistas foi aplicado o método de análise do discurso para identificar os pontos convergentes nas respostas dadas. Assim, foi possível construir

¹² Como explicado na metodologia, os representantes das associações de bairro e vereadores são identificados como Liderança (A, B, C) nos seus depoimentos para fins de preservar a identidade.

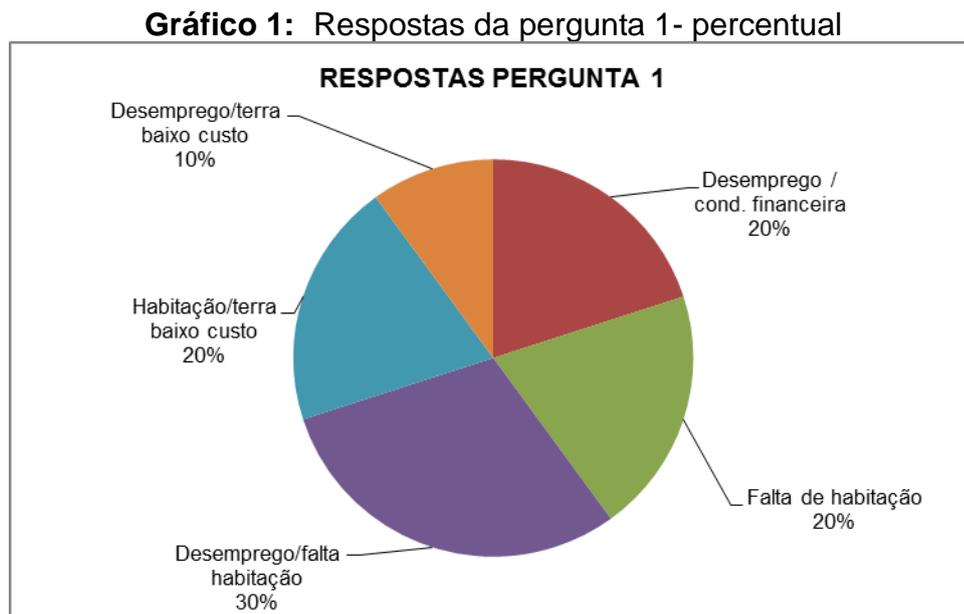
¹³ Foram entrevistados os moradores mais antigos identificados apenas como Entrevistado (A, B, C, D).

um gráfico sintetizador para cada questão feita aos moradores mais antigos, representantes e lideranças da comunidade.

Em relação à pergunta 1, antes de sintetizar a temática deve-se recordar a questão que indaga:

- Em sua opinião, por que as pessoas passaram a ocupar as margens do Rio Mimbi? E você, o que te trouxe para residir na comunidade?

O gráfico 1 aponta que 30% dos entrevistados justificam sua vinda para a localidade devido à falta de emprego e habitação. 20% alegam especificamente a falta de habitação, outros 20% além do problema da habitação vieram em busca de terras de baixo custo financeiro e 10% responderam que o desemprego e a terra a baixo custo os atraíram para o local. Na junção do percentual, a falta de emprego corresponde a 60% e a falta de habitação corresponde a 50% do total de entrevistados.



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo, 2022.

Um dos entrevistados, fortemente engajado com as questões sociais do bairro, identificado aqui como “liderança A” relata que a mais ou menos 30 anos começaram a ocupar o complexo de bairros Jardim São Paulo, Jardim Guarapuava e Jardim São Luiz, sendo na grande maioria “pessoas desempregadas, que trabalharam na Itaipu, muambeiros (faziam travessias de produtos do Paraguai para o Brasil), pessoas que vieram do Paraguai que perderam suas terras, foram se concentrando as margens do rio”.

A Liderança A explica ainda que as condições de saneamento já foram mais precárias do que atualmente, e que sem recursos os moradores foram invadindo as áreas de proteção ambiental.

Outro morador, o Entrevistado A, também justifica a origem da comunidade devido a altas taxas de desempregados da usina de Itaipu, ou que perderam suas terras no país vizinho e precisavam recomeçar de alguma forma.

A situação exposta no gráfico 1 é evidenciada também no trabalho de Machado (2018) que expõe que o grande problema das ocupações clandestinas se dá devido à falta de emprego e habitação a partir do êxodo rural. A alta demanda e falta de gestão do poder público em relação ao espaço urbano, resultam na invasão cada vez mais latente das áreas de proteção ambiental, o que expõe os moradores à carência de moradia digna, como é caso do local pesquisado.

Nota-se que o município não consegue atender as diretrizes do ordenamento jurídico do país, haja vista o texto do Art. 182 da Constituição Federal/1988 que determina:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (BRASIL, 1988).

Na realidade o que se observa é que as pessoas vão se acomodando indignamente no espaço urbano ou em áreas periféricas e lá vão sobrevivendo sem qualidade de vida e esquecidas pelo poder público que não prioriza uma demanda tão importante como à falta de habitação.

Na tentativa de esclarecer se os moradores têm conhecimento sobre o planejamento urbano do município a pergunta 2 questiona:

- Você sabe como a prefeitura planeja e implementa as políticas habitacionais para a população de baixa renda da cidade? Os gestores públicos ouvem as demandas da comunidade?

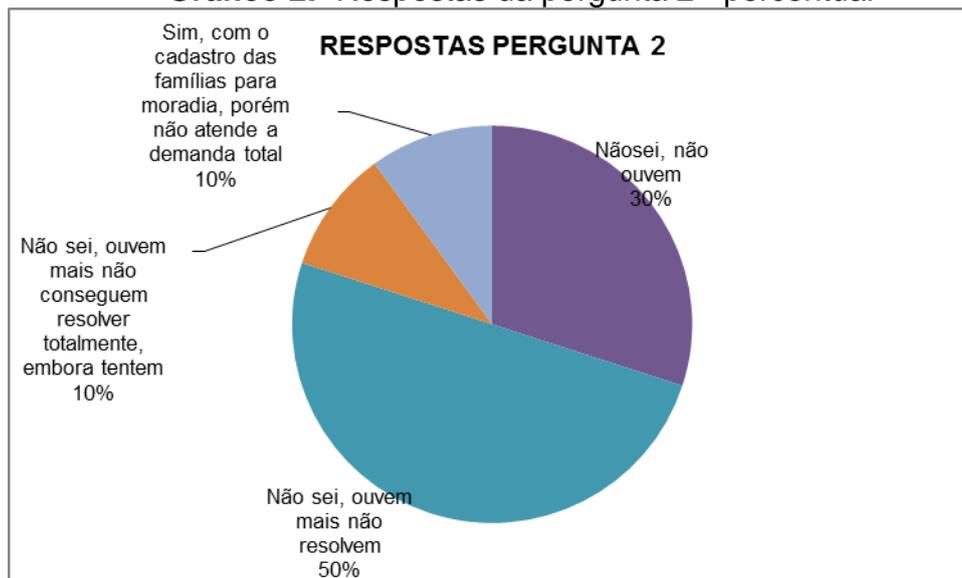
Conforme gráfico 2, 10% dos moradores responderam que sim, sabem como a prefeitura planeja e implementam as políticas habitacionais e atribuíram ao cadastro das famílias. Entretanto, assumem que apesar de os mesmos serem ouvidos pelos gestores públicos, pouquíssimas famílias foram beneficiadas com a habitação já que a prefeitura não consegue atender o total da demanda que é muito grande. Outros 10% não souberam responder de que forma a prefeitura planeja e

implementa as políticas de habitação, mas alegam que os gestores públicos ouvem, mas não conseguem atender a demanda dos moradores.

Porém 30% dos moradores foram categóricos ao responderem que não sabem de que forma a prefeitura planeja e implementa as políticas habitacionais e que não são ouvidos pelos gestores públicos. 50% dos entrevistados responderam que não sabem de que forma a prefeitura planeja e implementa as políticas habitacionais, que os gestores ouvem, mas não resolvem.

Ao analisar no gráfico o total de percentual de moradores que se sentem ouvidos, porém não tem suas demandas atendidas, corresponde a 60%, ou seja, os moradores têm a plena convicção de que o poder público sabe exatamente os problemas da comunidade, porém nada faz.

Gráfico 2: Respostas da pergunta 2 - percentual



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo, 2022.

Entretanto, conforme relato dos moradores, a associação da comunidade tem feito a sua parte participando ativamente cobrando o poder público para atuar com vistas à resolução dos problemas enfrentados pela comunidade e segundo informações da Liderança A:

[...] não tinha um planejamento específico, quanto à demanda, não ouviam no passado, e agora com a associação estamos fazendo ser ouvidas, os prefeitos anteriores não ouviam as demandas, não existia organização e urbanização dessa região, com isto estamos enfrentando toda essa situação de alagamentos, de infraestrutura precária, galerias que não comportavam as águas das chuvas, não fizeram nem um tipo de reorganização urbana e muitos dejetos jogados no rio Mimbi. Não há implementação de políticas habitacionais para a população de baixa renda, mas o que é possível notar é que os políticos só ouvem na troca de votos, depois somem [...]. Poucos

vereadores trabalham pela nossa região [...].

Desta forma, a situação retratada no gráfico 2 condiz com a realidade descrita nas bibliografias consultadas e com a realidade encontrada na pesquisa de campo. As comunidades sentem-se abandonadas pela gestão dos governantes e lutam da forma que conseguem, mas sem ajuda não conseguem um resultado muito expressivo.

Observa-se que apesar de um destaque maior para a participação social, desde o final da década de 80 no país, essa participação ainda é muito frágil, resultante de um longo histórico de lutas sem muitas mudanças visto que a medida que a legislação avança, os direitos não são conferidos à população.

Conforme Gonh (2004, p. 29) “O Estado reconhece a existência dos conflitos na sociedade e as divergências nas formas de equacionamento e resolução das questões sociais, entre diferentes grupos, e participa da arena de negociação entre eles”. Todavia, a falta de cobrança da sociedade e falta de prestação de conta do poder público em relação aos investimentos no planejamento urbano, faz com o povo crie certa descrença pela participação social, o que desmotiva a população de buscar seus direitos ou participar de alguma forma.

Oportuno mencionar a fala do morador, denominado como Entrevistado A, que afirma que “os gestores não estão nem aí, falam que vai mudar e nada fazem, nunca vieram aqui para saber o que está bom ou ruim...”.

O morador ainda acrescenta:

Onde tô morando, quando alagou veio água até no meu pescoço, perdi tudo, estourou uma manilha dentro da minha casa, alagou tudo, ninguém veio, os caras não ouvem a gente... (ENTREVISTADO A).

Corroborando com as falas dos entrevistados sobre a situação precária enfrentada pelas comunidades carentes dos bairros Jardim São Luiz, Jardim Guarapuava e Jardim São Paulo, diante da negligência do poder público, relatada pelo morador expõem-se às afirmativas de Pinheiro (2011) que declara:

O esfriamento e a falta de identificação com o outro leva a que os indivíduos se vejam em posições absolutamente apartadas no campo social, criando novas formas de segregação social e convívio exclusivo entre iguais, como a atual sociabilidade desenvolvida nos condomínios fechados e shopping centers (PINHEIRO, 2011 p.99).

É notório que esse comportamento do poder público para com a sociedade

se dá devido à certeza que os governantes têm da impunidade somada à falta de conhecimento da população em relação a seu papel na arena política, e em sua forte influência como atores locais na escolha das prioridades das demandas na pauta da agenda orçamentária.

De acordo com Gonçalves (2017) é difícil para a população atuar sem o devido conhecimento político e para dar subsídio às comunidades, cursos de capacitação comunitária deveriam ser aplicados para que a população possa adquirir maior protagonismo nos debates políticos e na gestão pública.

Importante destacar que embora 90% dos entrevistados reconheçam que não sabem de que forma se dá o planejamento e implementação de políticas habitacionais para a população de baixa renda, os 60% que afirmam serem ouvidos, demonstram conformar-se com o fato de que a alta demanda faz com que a gestão do município não consiga atender a maioria, o que soa como se fosse normal e aceitável, o que demonstra que existe realmente uma barreira que diz respeito ao baixo conhecimento da população, sendo um fator que a impede de exercer uma participação ativa em torno da gestão das políticas que deveriam assegurar as condições básicas para a comunidade.

Desta forma, para entender de que forma a comunidade se mobiliza em prol de auxiliar na resolução dos problemas, a pergunta 3 traz o seguinte questionamento:

- A comunidade se mobiliza para tomar decisões em prol da coletividade ou possui uma associação de bairros?

Um ponto notório a ser comentado, por meio da exposição do gráfico 3 é que a população mostra apoio aos poucos moradores que resolvem questionar o poder público, mas esse apoio na prática é quase inexistente, pois quando questionados sobre as formas de mobilização da comunidade 37% dos entrevistados deixaram claro que não se mobilizam, apesar de existir uma associação de moradores, aberta para tentar reunir forças e conseguir melhorias para as condições de vida de todos que ali residem. Outros 27% responderam que sim, a comunidade mobiliza-se e que sim, existe uma associação comunitária, porém 27% opinou que apesar de possuir um conselho comunitário a população pouco se mobiliza. Ainda 9% declararam não haver mobilização e nem saber da existência de uma associação no bairro.

Verifica-se que os moradores que responderam que se mobilizam ou que pouco se mobilizam somam 54% o que revela que mesmo de forma informal existe

um movimento entre eles em prol da comunidade. Mas nota-se que a comunidade age de forma autônoma e apoia-se na própria comunidade, como se não esperasse nada do poder público.

Gráfico 3: Resposta da pergunta 3 - percentual



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo, 2022.

Observa-se ainda que alguns moradores vêm exercendo uma participação mais ativa e sabe de sua importância no processo da gestão e planejamento urbano, bem como na preservação do meio ambiente, como é o caso do entrevistado B que afirma ter a percepção da união da comunidade na resolução dos problemas. “Aqui na nossa comunidade somos unidos e temos uma associação muito ativa e engajada a resolver os problemas. Resolvemos o que podemos internamente ou pedimos auxílio para a prefeitura”.

Importante expor as palavras da Liderança C ao ser questionado sobre a mobilização dos moradores:

[...] em todo momento estou na câmara de vereadores, gabinete da prefeitura cutucando, eu na real já saí até daqui do bairro para ajudar pessoas em toda a cidade de Foz do Iguaçu. Tenho registrado por meio de fotos o meu projeto social, com crianças que eu oriento. A gente participa muito. Porém o poder público não me ajuda e todos os pedidos que eu fiz ao poder público foi negado, não tem políticos envolvidos no meu projeto, tanto que nas festas não os convido, pois nestes momentos eles querem aparecer. As festas que promovo para as crianças no natal, por exemplo, os empresários que me ajudaram, tenho muitos amigos [...].

Ou seja, é notório que as formas de mobilização são de caráter assistencial,

em torno de ajudarem uns aos outros com os recursos próprios, muitas vezes vindos da própria comunidade ou de empresários locais que ajudam de alguma forma.

Os projetos sociais realizados pela Liderança C envolvem aulas de tênis e futebol para crianças em situação de vulnerabilidade social com o intuito de tirá-las das ruas onde podem se envolver com a criminalidade. Além disso, o morador ajuda a comunidade de variadas formas, inclusive com consertos nas residências, angariando fundos para doações de tudo que a comunidade venha precisar e está no seu alcance.

Em concordância quanto à importância da participação da sociedade, Secchi (2015) afirma que a implementação de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida de populações que vivem em moradias irregulares, depende de um bom planejamento. Entretanto, esse processo precisa envolver a participação popular na sua formulação. Então, quando se fala em participação social neste sentido, é da participação social na arena política que se refere. Não que outras formas de participação não sejam importantes, mas é preciso a junção de todos os esforços para que os problemas sociais sejam resolvidos.

O povo precisa perceber todas as formas de mobilizar-se e que além de agir com empatia ao próximo, existe uma legislação que enquanto não for cobrada por uma massa social organizada, dominante e participativa não será conferida aos cidadãos das camadas mais necessitadas, que vão continuar invisíveis para o poder público.

Nesta mesma perspectiva Zanirato *et al* (2017) menciona a necessidade de que se avalie a efetividade da participação social, pois esta representa uma ferramenta social capaz de influenciar as agendas políticas pautando as prioridades, visando contribuir com a formulação e implementação de políticas de forma democrática e direcionada para aqueles que realmente necessitam.

São as pessoas afetadas pela vulnerabilidade social que devem ser ouvidas e participar de todos os processos que envolvam a formulação das possíveis resoluções dos problemas, ou seja, devem não só opinar, como devem sugerir, além de cobrar e acima de tudo, receber formação que possibilite o exercício da participação.

Importante investigar também as formas de mobilização presentes na comunidade. Assim, a pergunta 4 busca elucidar:

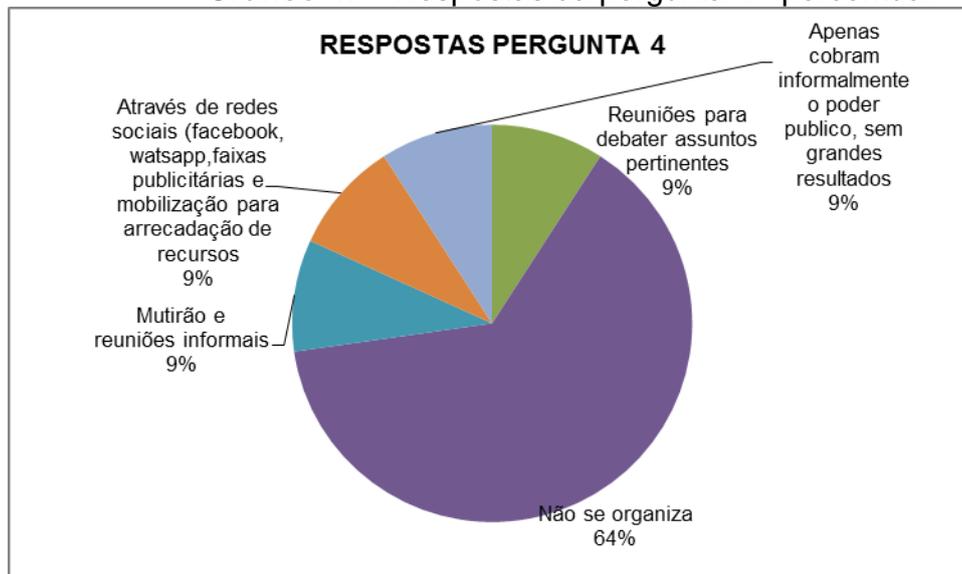
- De que forma a comunidade vem se organizando para influenciar no

desenvolvimento das políticas públicas para melhorar a qualidade de vida dos moradores?

O gráfico 4 aponta um percentual de 64% para a ausência total de organização para influenciar no desenvolvimento das políticas públicas para melhorar a qualidade de vida dos moradores. 9% dos moradores responderam que se organizam por meio de grupos em redes sociais, faixas publicitárias fixadas em vias públicas mostrando o descontentamento da comunidade para com as políticas públicas ou se mobilizam para unir forças e fundos para resolver problemas urgentes, relacionados aos alagamentos como doações de móveis e materiais de construção em geral. 9% afirmam reunir-se no conselho comunitário de forma informal para debater assuntos pertinentes. Outros 9% afirmam reunir-se de maneira informal ou realizam mutirão para ajudar a vizinhança frequentemente vítimas das enchentes e 9% mencionaram que cobram de maneira informal sem obter resultados.

Se reunir o percentual que se mobiliza de alguma forma tem-se 36% para a mobilização social, onde nota-se que os moradores se unem para resolver questões urgentes e ajudar a comunidade já que o poder público não se faz presente.

Gráfico 4: Respostas da pergunta 4 - percentual



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo, 2022.

Diante da ausência do poder público, nota-se que a comunidade faz o que é possível dentro de suas condições arregaça as mangas e se mobilizam para encontrar soluções, mesmo que momentâneas ou resoluções de forma paliativa para

resolver algo emergencial.

Quanto às formas de mobilização, na atualidade a utilização das redes sociais tem contribuído para a união da comunidade na perspectiva de uma participação ativa que demonstre a necessidade dos moradores e a sua insatisfação com a gestão do município na promoção das políticas públicas prioritárias para a região. Assim, a Liderança A explica:

Nós temos feito muita coisa através da TIC (tecnologia da informação e comunicação) como os grupos fechados do whatsapp, e-mail, faixas e mobilização para arrecadar recursos, limpezas de nascentes, preservando o meio ambiente através de mutirão, reivindicando políticas públicas, mas com a pandemia estamos agindo mais através da TIC e também através de protocolos nas secretarias.

Nós queremos que o nosso bairro por ser independente e ter a liberdade de expressão possa poder falar o que quer e o que pensa [...].

Importante destacar que atualmente as mobilizações têm ocorrido de forma mais digital, principalmente por conta da tecnologia da informação que com a globalização também passa fazer parte da vida na comunidade, conforme menciona a moradora.

As tecnologias disponíveis atualmente possuem papel central na comunicação e favorece a população que passa a ter melhor acesso a política e os gestores podem prestar contas à população o que se constitui numa ótima estratégia para os governos inovarem na prestação de serviço e na identificação de demandas populacionais. Porém devido à baixa escolaridade da maioria da população, nem todos conseguem fazer uso de tais tecnologias.

Por outro lado, mesmo com a facilidade de opinar por meio das reuniões nos grupos sociais, alguns moradores se mostraram desmotivados a participar de alguma ação coletiva por achar que não vão obter nenhum tipo de mudança e afirmaram receber visita de gestores municipais somente no período de eleição, como é o caso do entrevistado C que desabafa que toda a comunidade é contra a gestão atual, pois os gestores apareceram somente para angariar votos e fazer promessas de asfaltamento das ruas, realizando apenas uma canalização e foram embora deixando os moradores “jogados”.

Na mesma insatisfação o Entrevistado D relatou:

Cobramos muito a prefeitura e órgãos competentes com requerimentos e outros pedidos informais, mas infelizmente na maioria das vezes não temos respostas. O que mais tem resultado na qualidade de vida e

desenvolvimento da comunidade são as ações da associação de moradores com mutirões comunitários.

Estas afirmativas deixam claro que a comunidade confia mais em suas próprias ações do que esperam por ações do poder público. Outro ponto a ser abordado trata-se da ausência de conhecimento da população sobre o Plano Diretor do município. Nenhum dos entrevistados se quer mencionou saber da existência desse documento e o seu papel no planejamento urbano.

Lembrando que conforme o PDDIS (2017) o Plano Diretor do município além de definir os princípios, objetivos do planejamento urbano deve reger a cidade quanto à forma de ocupação dos espaços, materializando as escolhas sociais e políticas fundamentais e nortear os investimentos públicos e privados voltados à construção do ambiente urbano. Na prática o que se vê é a população se virando como pode para enfrentar a situação de abandono que o poder público trata com tamanho descaso.

A pergunta 5 procura analisar:

- Quais iniciativas e ações da comunidade foram adotadas para melhorar a vida dos moradores?

Conforme exposto no gráfico 5, 37% dos entrevistados não reconhecem nenhum tipo de iniciativa ou ações da comunidade para melhorar a vida dos moradores. Porém, 45% apontaram a existência de algum tipo de mobilização na comunidade em prol de uma melhor qualidade de vida. Apenas 18% não souberam responder.

As mobilizações citadas acontecem sempre que uma área é atingida por alagamentos ou enchentes e os moradores precisam reconstruir sua moradia, pois perde a construção, móveis, roupas e insumos. Conforme a Liderança B essa situação é muito comum e o mesmo relata:

Quando chove tem gente que perde tudo, aí ajudamos com mutirão, roupa, calçado, pois a água que desemboca lá de cima despeja toda aqui, a boca de lobo não suporta e estraga tudo[...]. Então, fazem passeata, chamamos a imprensa e nos mobilizamos para ser atendidos. (LIDERANÇA B).

O morador acrescenta que o cuidado com o meio ambiente e a redução da degradação deve partir também dos moradores e não ficar apenas a mercê da gestão pública. O mesmo menciona que é comum o acúmulo de lixo a céu aberto ou o descarte inadequado de lixos no rio e que apenas uma pequena parte da

comunidade está preocupada em participar dos mutirões organizados por ele informalmente. Segundo o entrevistado, ele às vezes tem que usar estratégias que atraia o engajamento da população, que por vezes só é possível quando envolve festas, churrascos e encontros informais onde organiza-se uma mobilização no improviso para resolver alguma questão urgente como um campo tomado de lixo e mato que traz risco à saúde da população e precisa ser roçado, por exemplo.

Diante deste panorama, é possível afirmar que a mobilização social é entendida pelos moradores como uma forma de se ajudarem entre si e a ideia de cooperativismo é praticada, mas não no sentido mais amplo. Esta lacuna fica a mercê daqueles que tem vontade, mas não participa, ou participa, mas não sabem quais são os seus direitos e também daqueles que participam ativamente, mas não conseguem resolver todos os problemas porque precisam de ajuda do poder público e este por sua vez se mostra ausente.

Percebe-se que na prática, existe uma contradição quando se fala na importância da participação social. No fundo, essa ideia pode não agradar muito o setor político, visto que uma maior participação da sociedade na arena política significa, também, uma maior fiscalização do uso dos recursos e investimentos, o que pode melhorar a definição das prioridades das demandas sociais das comunidades, contribuindo para a erradicação das desigualdades e para solução dos problemas locais.

Gráfico 5: Respostas da pergunta 5 - percentual



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo, 2022.

Para Lopes e Souza (2019) a mobilização descrita pelos moradores entrevistados, tem um potencial a ser explorado, pois permite que a troca de experiências ou junção de ideias converta-se em indutores de desenvolvimento que vão trazer melhorias aos sujeitos de tal localidade. Além disso, o interesse pelo bem coletivo pode levar ao crescimento local e transformar a realidade social dos atores, principalmente por meio da participação dos mesmos de maneira que estes a sejam o foco central na tomada de decisão.

Verifica-se que nesta conjuntura o associativismo como uma mobilização social passa a ser uma ferramenta de grande auxílio no enfrentamento das desigualdades sociais. Porém não pode negar que essa força indutora deve estar articulada ao poder público e privado, formando o que Sant'Anna e Oliveira (2019, p.16) denominam como “arranjos políticos entre os diferentes segmentos de atores presentes no território”, combatendo assim as desigualdades sociais, por meio de novas oportunidades possibilitando na melhoria da qualidade de vida da população.

Mas como se observou por meio da pesquisa, alguns moradores não se veem como agentes transformadores, e muitas vezes nem se veem como seres de direitos, mas se acomodam e aceitam com resignação, o que afeta o caminhar das mobilizações sociais, fazendo com que os movimentos percam força ou com que seu objetivo principal perca o foco.

Percebe-se que aqueles que estão dispostos a mobilizar-se atuam com uma força tímida ainda, seguramente proveniente de um passado que envolve a ditadura e uma cultura autoritária, formando cidadãos submissos que agem, mas com cautela devido o pouco conhecimento sobre seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à pandemia do novo Coronavírus, não foi possível uma maior exploração em campo devido à dificuldade de contato com a população, e em respeito às normas sanitárias do município em relação ao isolamento domiciliar e distanciamento social. Ainda assim, foi possível obter as conclusões necessárias às respostas das questões norteadoras da pesquisa e entender quanto à percepção da população em relação a sua realidade.

Ao investigar a origem das comunidades em torno do Rio Mimbi, constatou-se que dentre os fatores que mais interferiram no contexto da urbanização de Foz do Iguaçu foi à busca por emprego e moradia, mas com o término das obras da barragem da Usina de Itaipu Binacional, as pessoas mais pobres não tinham para onde ir e resolveram ficar na tentativa de refazerem suas vidas, aproveitando o ciclo do turismo de compras, tendo em vista que tal ciclo movimentou o comércio e a economia local. Desempregadas, sem condições financeiras para retornar aos seus locais de origem ou adquirir moradia de forma legal, no intuito de permanecer no município, muitos barrageiros foram realocando-se em torno do Rio Mimbi.

O planejamento urbano do município ficou alheio a esse movimento de ocupação irregular às margens do Rio Mimbi e, como constatado na pesquisa de campo, não desenvolveu políticas públicas que absorvesse as demandas das comunidades. As ocupações irregulares foram crescendo desordenadamente e apresentando muitas demandas para tornar a vida das pessoas um pouco melhor que, infelizmente, não foram sanadas até a presente gestão. Com isso, embora não seja objeto dessa dissertação, pode-se intuir que o Plano Diretor da cidade não cumpre sua função social, principalmente no tange à segregação do território com vistas a redução das desigualdades.

Constatou-se também que a mobilização social e a capacidade de organização social estão presentes nas comunidades do Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava, entretanto ainda carece de força, uma vez que a articulação necessária entre o setor público e privado não acontece.

Nas entrevistas ficou evidente que o povo se vê lutando sozinho e sobrevivendo de forma heroica ao modelo de gestão de Foz do Iguaçu, que pouco absorve as demandas das camadas sociais mais carentes, pois, nas comunidades pesquisadas, os trabalhadores, por viverem em áreas de ocupação irregular, não

têm direito à terra e suas reivindicações não são contempladas no plano de gestão urbana da cidade. É inaceitável que o município, que apresenta grande potencial econômico e territorial, com alta especulação imobiliária, que abriga tantas nacionalidades e explora o turismo, não tenha um planejamento eficaz para melhoria da qualidade de vida da população das áreas de ocupação irregular que vive nas margens do Rio Mimbi.

É importante destacar que os movimentos sociais existentes e a participação da comunidade, relatados no presente trabalho, são de fundamental importância para a trajetória da população na busca por seus direitos e pela democracia. Por enquanto, as mobilizações e associativismos praticados na comunidade possuem caráter de assistencialismo baseados em ajudar o próximo nos momentos em que a comunidade se vê sem alternativa.

Aqui, cabe destacar que as iniciativas que partem dos moradores servem de motivação para que assumam seus papéis e interfiram nas decisões que afetam a vida do coletivo. Esse movimento tende a despertar o verdadeiro espírito das mobilizações, da participação social e do associativismo como formas de impulsionar as ações voltadas à promoção da igualdade social.

A forma como se deu o adensamento urbano no município de Foz do Iguaçu, principalmente nas comunidades estudadas, gerou inúmeras consequências que castigam os mais pobres e dificulta o acesso à moradia digna e a mobilidade tão necessária para as atividades econômicas.

Assim, o pressuposto de que a prefeitura foi ineficaz em planejar, organizar e idealizar políticas habitacionais para a população de baixa renda, principalmente, para a população que ocupou irregularmente as margens do Rio Mimbi, foi comprovada, tendo em vista a situação de abandono e invisibilidade retratada por meio de fotos e da pesquisa de campo. Importante colocar, também, que durante o trabalho de campo o pesquisador buscou respostas dos representantes da gestão do planejamento urbano e do poder legislativo do município, porém não obteve retorno. Nas comunidades pesquisadas, a população vem buscando alternativas para cobrir a ausência do poder público, se organizando ou se associando em pequenos grupos de moradores para resolver os problemas econômicos e sociais da comunidade.

Como sugestão de melhorias internas indica-se dois pontos de alta relevância para a comunidade: i) a capacitação de cidadãos para o exercício da atuação

política, por meio de cursos gratuitos realizados por voluntários ou pelo poder público e; ii) a busca de parcerias com o setor privado para a implementação de estratégias que favoreçam a população em todas as áreas de desenvolvimento. Afinal, além de habitação a população necessita de saúde, emprego, renda e também do manejo correto do solo e do meio ambiente. Acredita-se que, para todos os âmbitos mencionados, a capacitação e o aprendizado contribuirão, em longo prazo, para a melhoria da qualidade de vida de todos que habitam em ocupações irregulares na cidade.

Para finalizar, a título de trabalhos futuros sugere-se aprofundamento da temática dessa dissertação em outras comunidades da cidade, no intuito de ampliar o debate e possibilitar o delineamento das políticas públicas municipais com o atendimento das reais demandas da sociedade.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. *Revista econômica do nordeste, fortaleza*, v. 26, n. 3, 2002.

ANANIAS, Cassol Cassol. **Comentário no Grupo “Jardim São Luiz e Três Pinheiros [Independente]”**, em 23/01/2022. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/447855413491387/permalink/454259669517628/?sfnsn=wiwspwa&ref=share>>. Acesso em 23/01/2022.

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de; AZEVEDO, Sergio de; TIMOTEO, Geraldo Marcio. Planejamento urbano e política habitacional. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 7, n. 2, p. 230-254, 2016.

BARDIN. Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed 70, 1977.

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. **Cadernos Bad**, n. 2, p.85. 2006.

BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível. **Observatório Social de América Latina**, v. 8, p. 51-61, 2013.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. **Emendas Constitucionais de revisão**.1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 03 de março. 2022

CALIL, Gilberto Grassi. Embates e disputas em torno das Jornadas de Junho. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 47, 2013.

CASTRO, Bianca Scarpelini; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. **Os problemas de coordenação de políticas públicas: desafios para a gestão ambiental no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/318380352_Problemas_de_coordenacao_de_politicas_publicas_desafios_para_a_gestao_ambiental_no_Brasil>. Acesso em 15 de janeiro. 2021.

CARARO, João Pedro Fritsch. Geopolítica do Trabalho: panorama da precarização do trabalho em Foz do Iguaçu. **Revista Espirales**, v. 2, n. 5, p. 13-26, 2020.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, p. 679-684, 2006.

CARVALHO, Alex Moreira; Moreno, Eleni; Bonatto, Francisco Rogério de O.; Silva, Ivone Pereira da. **Aprendendo Metodologia Científica: Uma orientação para os alunos de graduação**. 3ª. ed. São Paulo: O Nome da Rosa, 2002. 125p.

CONTE, Cláudia Heloiza. O processo histórico da atividade agropecuária em Foz do Iguaçu/PR. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 16, n. 2, p. 6, 2014.

DENALDI, Rosana. **Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses**. São Paulo: USP, 2003.

DUARTE, Patrícia. Silva. Costa *et al.* **As doenças de veiculação hídrica: um risco evidente**. VIII Encontro de Pesquisa em Educação. Universidade de Uberaba, 2015.

DUTRA, Maria Clara Santos; VIEIRA, Camila Leal. Percepção da comunidade quanto à necessidade de implantação de medidas de drenagem urbana com controle na fonte: um estudo de caso em uma sub-bacia de Feira de Santana-BA. **Anais do 13º Encontro Nacional de Águas Urbanas**. Feira de Santana, Bahia. 2020.

ENTREVISTADO A. Pesquisa de campo realizado de novembro de 2021 até fevereiro de 2022.

ENTREVISTADO B. Pesquisa de campo realizado de novembro de 2021 até fevereiro de 2022.

ENTREVISTADO C. Pesquisa de campo realizado de novembro de 2021 até fevereiro de 2022.

ENTREVISTADO D. Pesquisa de campo realizado de novembro de 2021 até fevereiro de 2022.

HARMS, Elis. **Comentário no Grupo “Jardim São Luiz e Três Pinheiros [Independente]”**, em 23/01/2022. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/447855413491387/permalink/454259669517628/?sfnsn=wiwspwa&ref=share>>. Acesso em 23/01/2022.

FERNANDES, Cláudio. *"Impeachment"*; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/politica/impeachment.htm>. Acesso em 04 de junho de 2021.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade. **Buenos Aires, 2º Fórum de Sociologia “Justiça Social e Democratização”**, p. 1-4, 2012.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2001. 93 p.

FURTADO, Celso. A Operação Nordeste: plano de ação. *In*: FURTADO, C. O **Nordeste e a saga da Sudene** (1958-1964). Arquivos Celso Furtado, vol. 3. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009, p. 45.

FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**, 2002.

Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: 01 de abril de 2021.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GERMANI, Giomar Inez. **Expropriados, Terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: 2ª Ed. EDUFBA/ULBRA, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20–31, 2004.

GONÇALVES, Crhistinne Cavalheiro Maymone; BÓGUS, Cláudia Maria. Participação social, planejamento urbano e promoção da saúde em Campo Grande (MS). **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, p. 617-640, 2017.

GRIGGIO, Thiago. **Comentário em vídeo postado no grupo “Jardim São Luiz e Três Pinheiros [Independente] do facebook”**, em 09 out. 2021. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/1500878173498598/permalink/2921507284769006/>>. Acesso em 04/03/2022.

Grupo “Jardim São Luiz e Três Pinheiros [Independente]” *do facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/447855413491387/permalink/454259669517628/?sfnsn=wiwspwa&ref=share>>. Acesso em 23/01/2022.

HONDA, Sibila Corral de Arêa Leão *et al.* **Planejamento ambiental e ocupação do solo urbano em Presidente Prudente (SP)**. UNOESTE, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v7n1/2175-3369-urbe-7-1-0062.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2019.

IBGE. **Aglomerados Subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19**. Nota técnica. Rio de Janeiro – RJ, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/f9d10a1135cdaa0e845108f06b1c00f1.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Foz do Iguaçu – PR**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0>. Acesso em: 03 fev. 2021.

IBGE. Censo 2020 adiado para 2021. Rio de Janeiro, RJ, 2020. Disponível em: <<https://censo2020.ibge.gov.br/trabalhe-no-censo.html>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

JACCOUD, L. (orgs). **Coordenação e relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras**. Brasília: IPEA, 2020. 479 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36431&Itemid=448>. Acesso em 25 fev. 2021.

JNT (Webtv) - **Jornal Novo Tempo**. Representante da empresa que realiza obras na região do Jardim São Paulo e São Luiz tenta agredir morador que foi pedir informação sobre alagamento na rua onde mora. Assista a discussão que por pouco terminou no tapa. Lembrando que é direito do povo saber o que está errado, principalmente quando se trata de obra pública. Matéria exibida em 12 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/novotempofoz/videos/247865760022823/?extid=CL-UNK-UNK-UNK-AN_GK0T-GK1C>. Acesso em 04/03/2022.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7ª. ed. rev. ampla por Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos. São Paulo: Atlas, 2011.

LEONELLO, João Carlos; COSAC, Claudia Maria Daher. O associativismo como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social. **Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação no século**, v. 21, n. 6, 2008.

LIDERANÇA A. Pesquisa de campo realizado de novembro de 2021 até fevereiro de 2022.

LIDERANÇA B. Pesquisa de campo realizado de novembro de 2021 até fevereiro de 2022.

LIDERANÇA C. Pesquisa de campo realizado de novembro de 2021 até fevereiro de 2022.

LOPES, Ana Araújo; SOUZA, Ivna Herbênia da S. Associativismo como estratégia de desenvolvimento local e identitário: re-construindo a história da comunidade de salgado, em Serrinha-BA. **Revista Macambira**, v. 3, n. 1, p. 16-35, 2019.

LUCAS, Ademir de. **Organização Rural**. MSc., Dr. Depto de Economia, Administração e Sociologia. ESALQ/USP. 2020. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br>>. Acesso em 14 de julho. 2021.

MACHADO, Hébia. **Consequências das ocupações desordenadas decorrentes de invasões irregulares e loteamentos clandestinos**. Disponível em: <<https://hebiamachado.jusbrasil.com.br/artigos/519458867/consequencias-das-ocupacoes-desordenadas-decorrentes-de-invasoes-irregulares-e-loteamentos-clandestinos>>. Acesso em: 03 de março de 2022.

MARICATO, Ermínia. O urbanismo na periferia do capitalismo: desenvolvimento da desigualdade e contravenção sistemática. **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 261-287, 1995.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades alternativas para a crise urbana**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001

MARTINS, Lavínia Raquel Martins de; RUSCHMANN, Doris Van de Meene. Desenvolvimento histórico turístico estudo de caso: Foz do Iguaçu – PR. **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, Caxias do Sul, 9 e 10 julho de 2010. Disponível em <https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/05/Desenvolvimento%20Historico%20Turistico%20Estudo%20de%20Caso%20Foz%20do%20Iguacu.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

MASSONETTO, Ana. Paula *et al.* **Ocupação Irregular em Área de Preservação Permanente (APP): O Caso de Taboão da Serra - SP**. 2011. Disponível em: <<https://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/app-narrativa.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2019.

MATTEUS, Bruno. **Vídeo apresentado em rede social facebook “Bruno Matteus”**, em 09 de out. de 2021. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/1500878173498598/permalink/2921507284769006/>>. Acesso em 04 de março. 2022.

MELLO, Jocemir Falcão. Considerações sobre os movimentos sociais no Brasil: uma comparação com o cenário latino-americano no século XX. **Revista Observatório de las Ciencias Sociales en Iberoamérica**, Vol 2, Número 17, diciembre 2021, pp.104-117). Málaga, Espanha, 2021. Disponível em <<https://www.eumed.net/uploads/articulos/ce4232019baa7a80865b9a566b92b7a5.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Marcela Mauta de Barros. **As ocupações irregulares e suas relações com as áreas de risco no espaço urbano de Cariacica-ES: o caso de Porto de Santana**. UFES: Vitória, 2017. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_11432_Disserta%E7%E3o%20Marcela_08-07_revisada.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

MULLER, Pierre. **La producción de las políticas públicas**. INNOVAR, revista de ciências administrativas y sociales, Colômbia, n. 12, p. 65-75, 1998. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/innovar/article/view/24024/24663>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

NIZO, Renata Di. Escrita Criativa: **O prazer da linguagem**. São Paulo: Summus, 2008, 129p.

OLIVEIRA, Lucas Alves. **Levantamento dos impactos ambientais e índice de qualidade da água do Rio Mimbi**. UNIAMÉRICA – CENTRO UNIVERSITÁRIO. Foz do Iguaçu - PR, 2019.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; SOUZA LIMA, José Edmilson de. Elementos

endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, v. 6, n. 2, 2003.

PARO, Denise. **Foz do Iguaçu: do descaminho aos novos caminhos**. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2016.

PDDIS – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável de Foz do Iguaçu. 2017. **Lei Complementar nº 271, de 18 Julho de 2017**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-foz-do-iguacu-pr#>>. Acesso em 02 Mar. 2021.

PDDIS – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável de Foz do Iguaçu. 2016. **Análise Temática Integrada**. V.1. Secretaria de Planejamento e captação do Recursos do Município de Foz do Iguaçu. 2016. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=102425>>. Acesso em 02 mar. 2021.

PINHEIRO, Diógenes. A Cidade-Espetáculo e as Favelas Visibilidade e Invisibilidade Social. **Revista Contexto & Educação**, v. 26, n. 85, p. 91-115, 2011.

PEDRO, Jacob. **Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo**. 2. ed. Annablume, 2006.

QUEIROZ NETO, Exzolvildres; *et al.* Era das contradições: o direito ao espaço ou o fim da história das cidades?. **Revista Orbis Latina**, v. 1, n. 1, 2011.

REIS, Paula. Desenvolvimento local: o binómio turismo/áreas rurais nas estratégias de desenvolvimento local. **Exedra: Revista Científica**, n. 6, p. 155-172, 2012.

RESOLUÇÃO Nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2021.

RIBEIRO, Danilo George. **Metamorfoses na cidade: tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu**. Dissertação de (Mestrado em Ciências Sociais). Toledo: UNIOESTE, 2015. 266f. Disponível em: <<https://tede.unioeste.br/handle/tede/2026>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

RIBEIRO, Vitor Hugo; CASSULI, Danieli Cristina; FRASSÃO, Adair José Frasson. Território e conflito: breve histórico sobre a implantação da usina hidroelétrica Itaipu binacional e seus reflexos na produção do espaço. **XIII Jornada do Trabalho, A irreformabilidade do capital e os conflitos territoriais no limiar do século XXI**. Os novos desafios da Geografia do Trabalho, 09–12 outubro, 2012. 2012.

ROCHA, Fernanda. Sobral. Mutirão como forma de cooperação: uma alternativa para construção de casas da população pobre. **Revista Orbis Latina**. 2019. P. 143-156.

ROCHA, Fernanda Sobral. **Das remoções aos conjuntos habitacionais: uma análise da percepção das mulheres chefes de família do bairro Cidade Nova no**

município de Foz do Iguaçu – PR. 2018. 132f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu/PR – 2019. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/4961;jsessionid=FFECF9DD07C9101FD10B24D2C5A12139>>. Acesso em: 15 set. 2021.

ROCHA, Juliana D.; BURSZTYN, Maria Augusta. A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local. **Interações** (Campo Grande), v.7, n.11, 2005. Disponível em: <<https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/496>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANT'ANNA, Alessandra de; OLIVEIRA, Gilson Batista de. Os atores locais como promotores de Desenvolvimento Territorial Endógeno. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 35-59, 2019.

SARAVIA, Henrique. e FERRAREZI, Elisabete. (ORGs). **Políticas públicas. Coletânea.** Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções.** São Paulo: Cengage Learning, 2016. p. 1-22.

_____. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SILVA, Carla. Voltareli Franco. **Planejamento do uso e ocupação do solo urbano integrado ao mapeamento de áreas com risco de inundação.** São Paulo: USP, 2013.

SILVA, Juscelino. **Os métodos científicos: da origem às aplicações gerais.** Revista de Administração & Ciências Contábeis, v. 8, n. 1, p.05. 2016.

SILVA, Jonathan Chasko; ARAÚJO, Alcemar Dionet. A metodologia de pesquisa em análise do discurso. **Grau Zero—Revista de Crítica Cultural**, v. 5, n. 1, p. 17-32, 2017.

SILVA, Micael Alvino. **Breve história de Foz do Iguaçu.** Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2014.

SOARES, Artemísia dos Santos; DE AZEVEDO, Francisco Fransualdo. Turismo e Território no Município de Maragogi-AL, Brasil: Processo de Participação Social e o Desenvolvimento Local. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. 1, p. 2-23, 2020.

SOUZA, Celina. **Coordenação de políticas públicas.** Brasília: Enap, 2018. 72 p. Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3329/1/Livro_Coordena%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf>. Acesso em 13 de fevereiro. 2021.

SOUZA, Aparecida Darc de. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

THAUMATURGO, Leila Regina Youssef; SIMÕES, Silvio Jorge Coelho; TRANNIN, Isabel Cristina de Barros. **A construção da usina hidrelétrica de Itaipu e seu impacto sobre a urbanização de Foz do Iguaçu**. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. 4. ed. Belo horizonte: Itatiaia, 1998.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisía Maria Duarte Furquim. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. São Paulo: Autêntica, 2018.

TRATA BRASIL. **Manual do Saneamento Básico: entendendo o saneamento básico ambiental no Brasil e sua importância socioeconômica**. Instituto Trata Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/pesquisa16/manual-imprensa.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

TRATA BRASIL. **Pesquisa saneamento básico em áreas irregulares: Relatório Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/areas-irregulares/volume2/relatorio-completo-areas-irregulares.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2020.

TUCCI, Carlos. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 3. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

TUCCI, Carlos; BERTONI, Juan Carlos. **Inundações urbanas na América do Sul**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.

VALLADARES, L. P. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

VARGAS, H. L. **Ocupação irregular de app urbana: um estudo da percepção social acerca do conflito de interesses que se estabelece na Lagoa do Prato Raso, em Feira de Santana, Bahia**. Disponível em: <http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/39/1.1_ocupacao_irregular_de_app_urbana.pdf>. Acesso em: 17 setembro. 2020.

VILLANUEVA, Luiz F. Aguilar. **Política Pública Una visión panorámica**. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD - Bolivia), 2012. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/bolivia/docs/politica_publica_una_vision_panora>

mica.pdf>. Acesso em 13 de fevereiro. 2021.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. Desarrollo endógeno y globalización. **EURE (Santiago)**, v. 26, n. 79, p. 47-65, 2000.

XAVIER, Jackson Francisco de Lima; OLIVEIRA, Gilson Batista de. Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: dinâmica econômica. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, Itapetininga, v. 5, n.2, p. 298-321, 2018.

ZANIRATO, Silvia. *et al.* Comunicação de riscos nos municípios do Vale Histórico Paulista. Experiências de participação social para adaptação e redução das vulnerabilidades em áreas urbanas. **Mudança Social e Participação Política. Estudos e ações transdisciplinares**. São Paulo: Annablume, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

12/01/2021

https://sig.unila.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=503405


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

OFÍCIO Nº 1 / 2021 - PPGPPD (10.01.06.02.04.05)

Nº do Protocolo: 23422.000405/2021-56

Foz Do Iguaçu-PR, 12 de janeiro de 2021.

Declaramos para os devidos fins que **JOCEMIR FALCÃO DE MELLO** é aluno regularmente matriculado no curso de Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento, e cursará disciplinas em formato remoto (ensino à distância) entre os meses de fevereiro e julho, bem como realizará pesquisas para seu projeto de dissertação intitulado "Mobilização Social e Ativismo nas Comunidades de Foz do Iguaçu: estudo de caso nas ocupações irregulares no município". A pesquisa do discente tem potencial de auxiliar na consecução de Políticas Públicas para o Desenvolvimento do Município e, justamente por isso, *precisa de flexibilidade nos horários de trabalho e de acesso às autoridades municipais* responsáveis pela política pública para realizar entrevistas *in loco*.

(Assinado digitalmente em 12/01/2021 12:17)
GILSON BATISTA DE OLIVEIRA
COORDENADOR DE CURSO - TITULAR
CHEFE DE UNIDADE
PPGPPD (10.01.06.02.04.05)
Matrícula: 1836485

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sig.unila.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1**, ano:
2021, tipo: **OFÍCIO**, data de emissão: **12/01/2021** e o código de verificação: **50943f5505**

APÊNDICE 2: LINK DA FILMAGEM DA VISITA DO PESQUISADOR E VEREADORES NA REGIÃO POSTADA NA REDE SOCIAL PESSOAL DO PESQUISADOR

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=5788872727805773&id=100000493095163

APÊNDICE 3: MINUTA COM ANOTAÇÕES REFERENTES A TENTATIVA DE CONTATO COM PREFEITO E VEREADORES

- * Deputado = Jean (Vou verificar e depois te passo)
- * Jasmin = não atendeu o telefone 2x
- * Gairo = não atendeu o telefone 2x
- * Roberto Carol = ia retornar
- * May = disse (que deve marcar a reunião até final do mês.
- * Alcatorra = disse (vai terminar a obra em toda região)
- * Maninho = espera atender o telefone
- * Rogério = pediu para a associação fazer um ofício
- * Paulinho = disse (alto lá) → (que sabe vereador de oposição caso não tenha percebido)
- * Cassol = não respondeu
- * Eduardo = não respondeu
- * Kalito = disse: (alguns requerimentos e indicações (ofícios da Câmara) cobrando o secretário de Obras já para emitidos. Realmente de perder os dados.

* Anice = disse Vou poder ajudar-te para con-
linarmos a agenda

* Alex = pediu para passar o local, data, e hora
da reunião

* Freitas = ia retornar

* João = não atendeu o telefone 2x

APÊNDICE 4: ATA DA REUNIÃO DO PESQUISADOR COM OS MORADORES E LÍDERES DA COMUNIDADE

Foz do Iguaçu, 14 de janeiro de 2021.

Aos quatorze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, reuniram-se na Casa De Leis Municipal de Foz do Iguaçu – Câmara Municipal de Vereadores de Foz Do Iguaçu/PR, os senhores Bruno Mateus (músico/cantor), o senhor vereador João Morales, o senhor vereador Cabo Cassol, além do mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento, o senhor Jocemir Falcão de Mello. Na pauta de reunião, discutiu-se o andamento das obras desenvolvidas no bairro Jardim São Paulo e bairro São Luiz, ambos localizados no município de Foz do Iguaçu/PR. Sensibilizados com a precariedade dos bairros, os vereadores foram convidados a realizar um trabalho de campo junto ao pesquisador Jocemir Falcão de Mello para avaliar medidas futuras relacionadas às obras desenvolvidas no local. A situação de alagamento e enchentes nas regiões citadas é bastante recorrente, trazendo prejuízos materiais para os moradores das localidades, além de sofrimento emocional para as inúmeras famílias que ali residem. Na ocasião, relatou-se que os nobres vereadores haviam mencionado tal situação para o secretário de obras da atual gestão no dia que antecedeu a visita, de modo que este já estaria ciente dos fatos. Após a reunião, todos os presentes dirigiram-se até a Avenida Pôr do Sol, onde o pesquisador senhor Jocemir Falcão de Mello, juntamente ao morador da região, senhor Bruno Mateus, convidaram trabalhadores e engenheiros a explicar o andamento das obras que vinham sendo desenvolvidas na região. A reunião e a visita se estenderam das 8 horas da manhã até as dezessete horas do dia quatorze de janeiro de dois mil e vinte e um, sendo que os vereadores mencionados se fizeram presentes na parte da tarde. Acredita-se ser relevante a realização desta Ata de reunião visando a transparência das informações, bem como a comprovação das atividades de campo. Para fins de trabalho acadêmico (Dissertação de Mestrado), foram realizadas ainda filmagem do local onde vem sendo realizadas as obras, bem como o registro de entrevistas com os moradores e queixosos, que agradeceram a atenção e justificaram a cobrança de medidas efetivas e que não sejam só paliativas quanto à melhoria de sua situação. Na perspectiva dos fundamentos da metodologia da mencionada pesquisa, solicitou-se através de documento formulado pela Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA), o acesso do pesquisador Jocemir Falcão de Mello as informações pertinentes às obras, documento este que deverá ser protocolado junto a Secretaria de Segurança Pública do município e também na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu para análise das Políticas Públicas vigentes relacionadas às ocupações irregulares. Cabe salientar que as invasões em Áreas de Preservação Permanente (APP), áreas verdes e áreas técnicas são proibidas por Lei, razão pela qual considera-se extremamente relevante o desenvolvimento da pesquisa, visando auxiliar os poderes Executivo e Legislativo na criação de estratégias, ações futuras e Políticas Públicas na atenção dessa parcela da sociedade que vem sofrendo há anos com as situações de enchentes nas regiões aqui mencionadas. Sem mais, encerra-se.

BRUNO MATEUS

Bruno

Jocemir Falcão de Mello

APÊNDICE 5: TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DE ALGUNS ENTREVISTADOS EM CAMPO




UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTOS E IMAGENS

Eu Alberto Stein, documento de identificação número (RG, RNE ou passaporte) 3.950.294-1, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos usados na pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de meu depoimento e ou imagem, **autorizo**, através do presente termo, o pesquisador **Jocemir Falcão de Melo (Mestrando em Políticas Públicas e desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino - Americana (UNILA) do projeto de pesquisa intitulado " Mobilizações sociais e Associativismo como Fatores de desenvolvimento nas comunidades de Foz Do Iguaçu - PR: Estudo de caso nas ocupações Irregulares ao longo do Rio Mimbí"** a colher meu depoimento e ou realizar as fotos que se façam necessárias sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Não obstante, libero a utilização do depoimento e ou destas fotos para fins científicos e de estudos (dissertações, teses, livros, artigos e *slides*), em favor do pesquisador, acima especificado, obedecendo ao que está previsto na legislação vigente.

Foz do Iguaçu, 10 de Setembro de 2022.


 Assinatura do Pesquisador responsável pelo projeto

Alberto Stein
 Assinatura do Sujeito da Pesquisa

Av. Tancredo Neves, 6731 - PT1 - Bloco 15 | Foz do Iguaçu - Paraná - Brasil | CEP 86867-070
 +55 (45) 2576-7306 - secretaria.pppgd@unila.edu.br



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)

MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E ASSOCIATIVISMO COMO FATORES DE
DESENVOLVIMENTO NAS COMUNIDADES DE FOZ DO IGUAÇU – PR:
ESTUDO DE CASO NAS OCUPAÇÕES IRREGULARES AO LONGO DO RIO
MIMBI

Entrevista com senhor Alberi, morador das ocupações irregulares ao longo do rio mimbi. 78 anos

QUESTIONÁRIO

1). Em sua opinião, por que as pessoas passaram a ocupar as margens do Rio Mimbi? E você, o que te trouxe para residir na comunidade?

Por causa de desemprego

R: Rapaz aqui é uma bola de neve, que quando eu vim morar aqui estrada não tinha era um carreirão portanto policiamento só vinha até na esquina da padilha, aí voltava de ré de novo, depois no tempo do prefeito Dajjo, foi feito este carçamento aqui, as pessoas vieram pra cá por causa de desemprego sem moradia ,eu sei que eu passei aqui e me oferecero ,tavam vendendo a preço de custo até engraçado área tec da prefeitura, vendendo aí comprei, morava na vila borge,ja ocupava uma área verde lá, eo homem precisava aí,troquei kkkk,vim pra cá preço de bagatela, olha maioria aqui veio de fora ,tudo, tudo ,desempregado procurando a sorte, uma parte de gente nom som daqui não, busca de melhora outros trabalhava na Itaipu, porque eu também trabaie lá em 1981,82.trabaiava lá no buracão de limpeza,pela unicon.

2) você sabe, como a prefeitura planeja e implementa as políticas habitacionais para a população de baixa renda da cidade? Os gestores públicos ouvem as demandas da comunidade?

R aqui nós temos jogado, jogado, portanto eles acham que não tem eleitor que



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTOS E IMAGENS

Eu Márcia Marques, documento de identificação número (RG, RNE ou passaporte) 784.011.009-68, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos usados na pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de meu depoimento e ou imagem, autorizo, através do presente termo, o pesquisador

Jocemir Falcão de Mello (Mestrando em Políticas Públicas e desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino - Americana (UNILA)) do projeto de pesquisa intitulado "Mobilizações sociais e Associativismo como Fatores de desenvolvimento nas comunidades de Foz Do Iguaçu - PR: Estudo de caso nas ocupações Irregulares ao longo do Rio Mimbí" a colher meu depoimento e ou realizar as fotos que se façam necessárias sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Não obstante, libero a utilização do depoimento e ou destas fotos para fins científicos e de estudos (dissertações, teses, livros, artigos e slides), em favor do pesquisador, acima especificado, obedecendo ao que está previsto na legislação vigente.

Foz Do Iguaçu, 14 de Fevereiro de 2022.

Jocemir Falcão de Mello

Assinatura do Pesquisador responsável pelo projeto

[Assinatura]

Assinatura do Sujeito da Pesquisa